



Comissão de Legislação e Justiça

Parecer de 2º turno sobre o Projeto de Lei nº 492/2023

Relatório

Vem à Comissão de Legislação e Justiça, em segundo turno de discussão e votação nesta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 492/2023, que *"Dispõe sobre a notificação à Secretaria de Saúde sobre os procedimentos de aborto realizados no Município de Belo Horizonte"*, de autoria da Vereadora Flávia Borja, seguindo os trâmites regimentais, para receber parecer, sob a responsabilidade desta relatoria.

Fundamentação

A emenda nº 1 ao Projeto de Lei 492/2023, de autoria desta Comissão de Legislação e Justiça, altera o artigo 3º, estabelecendo que as informações prestadas pelos hospitais deverão estar disponíveis para acesso à população de maneira que estejam acessíveis a qualquer cidadão e retirando a obrigação da Secretaria de Saúde.

A emenda nº 2 ao Projeto de Lei 492/2023, de autoria desta Comissão de Legislação e Justiça, suprime o artigo 4º o qual estabelece que a Secretaria de Saúde será a responsável pelo armazenamento das informações e deverá divulgar os números relacionados aos abortos realizados no município.

A emenda nº 3 ao Projeto de Lei 492/2023, de autoria das Vereadoras Cida Falabella e Iza Lourença, acrescenta parágrafo ao artigo 1º, estabelecendo que o relatório mensal emitido pela Secretaria de Saúde deve observar o disposto na Lei Geral de Proteção aos Dados.

A emenda nº 4 ao Projeto de Lei 492/2023, de autoria das Vereadoras Cida Falabella e Iza Lourença, suprime o inciso III do §2º do art. 1º, excluindo a obrigatoriedade da indicação do hospital onde o procedimento foi realizado do relatório a ser enviado pela Secretaria de Saúde.



A emenda nº 5 ao Projeto de Lei 492/2023, de autoria das Vereadoras Cida Falabella e Iza Lourença, adiciona artigo que garante que não haverá compartilhamento de informações que dizem respeito à prestação do serviço de saúde, respeitado o Código de Ética Médico.

A emenda nº 6 ao Projeto de Lei 492/2023, de autoria das Vereadoras Cida Falabella e Iza Lourença suprime o artigo 1º o qual estabelece que os hospitais públicos e privados do município ficam obrigados a apresentar relatório mensal Secretaria de Saúde sobre a ocorrência de abortos.

A emenda nº 7 ao Projeto de Lei 492/2023, de autoria das Vereadoras Cida Falabella e Iza Lourença suprime o artigo 3º o qual estabelece que a Secretaria de Saúde será responsável pelo armazenamento das informações.

A emenda nº 8 ao Projeto de Lei 492/2023, de autoria das Vereadoras Cida Falabella e Iza Lourença suprime o artigo 5º o qual estabelece que a lei entra em vigor em sua data de publicação.

A emenda nº 9 ao Projeto de Lei 492/2023, de autoria da Vereadora Flávia Borja, é um substitutivo-emenda. Tal substitutivo inclui "cor/raça da gestante" como um novo item nos dados a serem apresentados nos relatórios e determina que os relatórios e dados apresentados deverão respeitar as determinações da Lei Federal no 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados).

A emenda nº 10 ao Projeto de Lei 492/2023, de autoria do Vereador Bruno Miranda, é um substitutivo-emenda. Tal substitutivo introduz a exigência de que os hospitais registrem as internações para realização de procedimentos de aborto no Sistema de Internação Hospitalar; conceitua o aborto como a interrupção da gestação de fetos de até 20 ou 22 semanas, com peso previsto de até 500 gramas, de acordo com definições da Organização Mundial de Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde (MS); estabelece que os dados gerados podem ser usados para avaliar, planejar e executar ações de acordo com as políticas públicas vigentes e que os sejam



disponibilizados de maneira fácil e intuitiva quando solicitada, desde que estejam de acordo com a LGPD.

A subemenda nº 1 à emenda nº 9 ao Projeto de Lei 492/2023, de autoria das Vereadoras Cida Falabella e Iza Lourença, adiciona artigo que garante que não haverá compartilhamento de informações que dizem respeito à prestação do serviço de saúde, respeitado o Código de Ética Médico.

A subemenda nº 2 à emenda nº 9 ao Projeto de Lei 492/2023, de autoria das Vereadoras Cida Falabella e Iza Lourença, suprime o artigo 1º, §2º, IV, excluindo a obrigatoriedade da indicação do hospital onde o procedimento foi realizado do relatório a ser enviado pela Secretaria de Saúde.

A subemenda nº 3 à emenda nº 9 ao Projeto de Lei 492/2023, de autoria das Vereadoras Cida Falabella e Iza Lourença, suprime o artigo 3º que estabelece que as informações prestadas pelos hospitais deverão estar disponíveis para acesso à população de maneira que estejam acessíveis fácil e intuitivamente a qualquer cidadão que desejar obter acesso a elas através de publicação no Diário Oficial do Município ou no Portal da Prefeitura de Belo Horizonte.

A subemenda nº 4 à emenda nº 9 ao Projeto de Lei 492/2023, de autoria da Vereadora Flávia Borja, altera o artigo 3º para que números apresentados pelos hospitais sejam compilados e publicados semestralmente, no quinto dia útil dos meses de janeiro e julho, que tais números sejam publicados sem a identificação das respectivas instituições de saúde e dados das pacientes e estabelece que os relatórios mensais apresentados pelos hospitais são sigilosos e de sua responsabilidade.

Após este breve esclarecimento, passa-se às ponderações técnicas relativas a esta Comissão.



Da Constitucionalidade

O exame de constitucionalidade de um projeto de lei visa impedir que uma proposição eivada de vício seja promulgada em nosso arcabouço jurídico. Desta forma, é necessário verificar nas emendas e subemendas apresentadas se estão presentes os requisitos formais do processo de produção das normas, e se o conteúdo do projeto de lei está em conformidade com o conteúdo das normas constitucionais, evitando que seja promulgada uma lei com inconstitucionalidade formal (nomodinâmica) ou inconstitucionalidade material (nomoestática).

Feitas essas considerações iniciais, passo à análise de constitucionalidade da emenda nº 1 ao Projeto de Lei 492/2023. Ao estabelecer que as informações prestadas pelos hospitais deverão estar disponíveis para acesso à população de maneira fácil e intuitiva a qualquer cidadão, retirando a obrigação da Secretaria de Saúde, a emenda nº 1 sana vício de iniciativa, ajustando-se ao artigo 61 da Constituição Federal:

Art. 61. § 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

II - disponham sobre:

criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

A emenda nº 2 também sana vício de iniciativa ao suprimir artigo que dispõe sobre órgão do Poder Executivo, adequando-se ao artigo 61 de nossa Carta Magna.

A emenda nº 3 ao estabelecer que o relatório mensal emitido pela Secretaria de Saúde deve observar o disposto na Lei Geral de Proteção aos Dados, assegura a proteção aos dados pessoais conforme o artigo 5º, LXXIX.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à



igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LXXIX - é assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

A emenda nº 4 ao excluir a obrigatoriedade da indicação do hospital onde o procedimento foi realizado do relatório a ser enviado pela Secretaria de Saúde proporciona maior observância à proteção aos dados pessoais.

A emenda nº 5 ao adicionar artigo que garante que não haverá compartilhamento de informações que dizem respeito à prestação do serviço de saúde, respeitado o Código de Ética Médico também proporciona maior observância à proteção aos dados pessoais.

A emenda nº 6 ao suprimir o artigo 1º, o qual dispõe que os hospitais públicos e privados do município ficam obrigados a apresentar relatório mensal Secretaria de Saúde sobre a ocorrência de abortos, mais uma vez proporciona maior observância à proteção aos dados pessoais conforme o artigo 5º, LXXIX da Constituição Federal.

A emenda nº 7 suprime o artigo 3º o qual estabelece que a Secretaria de Saúde será responsável pelo armazenamento das informações, sana vício de iniciativa ao suprimir artigo que dispõe sobre órgão do Poder Executivo, adequando-se ao artigo 61 de nossa Carta Magna.

A emenda nº 8 ao suprimir o artigo 5º, o qual estabelece que a lei entra em vigor em sua data de publicação, não afeta a constitucionalidade da norma, uma vez que a lei que não apresenta dispositivo quanto à vigência permanece válida e entra em vigor 45 dias após a sua publicação conforme a LINBD (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

A emenda nº 9 (substitutivo-emenda) inclui a declaração "cor/raça da gestante" como um novo item nos dados a serem apresentados nos relatórios. Tal inserção de informações sobre pertencimento a segmento étnico-racial em registros administrativos corrobora para uma visão realista quanto ao cenário da promoção de



igualdade racial em nosso Município em consonância com o princípio constitucional da isonomia.

A emenda nº 10 (substitutivo-emenda), ao dispor que os dados devem ser disponibilizados de maneira fácil e intuitiva quando solicitados, desde que sejam respeitadas as determinações da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção aos Dados), consagra o princípio constitucional da transparência, além de proporciona maior observância à proteção aos dados pessoais conforme o artigo 5º, LXXIX da Constituição Federal.

A subemenda nº 1 à emenda nº 9, ao adicionar artigo que garante que não haverá compartilhamento de informações que dizem respeito à prestação do serviço de saúde, respeitado o Código de Ética Médico, mais uma vez proporciona maior observância à proteção aos dados pessoais conforme o artigo 5º, LXXIX da Constituição Federal.

A subemenda nº 2 à emenda nº 9, ao suprimir o artigo 1º, §2º, IV, excluindo a obrigatoriedade da indicação do hospital onde o procedimento foi realizado do relatório a ser enviado pela Secretaria de Saúde, promove a observância do artigo 5º, LXXIX da Constituição Federal, em obediência à proteção dos dados pessoais.

A subemenda nº 3 à emenda nº 9 ao suprimir o artigo 3º que estabelece que as informações prestadas pelos hospitais deverão estar disponíveis para acesso à população de maneira que estejam acessíveis fácil e intuitivamente a qualquer cidadão que desejar obter acesso a elas através de publicação no Diário Oficial do Município ou no Portal da Prefeitura de Belo Horizonte, é coerente com as alterações propostas anteriores e coaduna com a proteção aos dados pessoais estabelecido no artigo 5º, LXXIX da Constituição Federal.

A subemenda nº 4 à emenda nº 9, ao alterar o artigo 3º para que números apresentados pelos hospitais sejam compilados e publicados semestralmente no quinto dia útil dos meses de janeiro e julho, e que tais números sejam publicados sem a identificação das respectivas instituições de saúde e dados das pacientes além de



estabelecer o sigilo dos relatórios, se mostra compatível com os princípios constitucionais da publicidade e da transparência. Ademais, a subemenda proporciona maior observância à proteção aos dados pessoais conforme o artigo 5º, LXXIX da Constituição Federal.

Portanto, concluo pela constitucionalidade das emendas nº 1,2,3,4,5,6,7,8,9 e 10 e subemendas 1,2,3 e 4.

Da Legalidade

No âmbito da legalidade/juridicidade, cabe a esta Comissão de Legislação e Justiça examinar a concordância da proposição legislativa em face todo ordenamento jurídico, ou seja, a verificação em conformidade da proposição com as leis gerais federais, as leis estaduais pertinentes e a LOMBH (Lei Orgânica Municipal de Belo Horizonte).

Quanto às alterações pretendidas pelas emendas nº 1,2,3,4,5,6,7,8,9 e 10 e subemendas 1,2,3 e 4, não vislumbro ilegalidade, estando estas de acordo com o ordenamento jurídico.

De tal modo, entendo pela legalidade das emendas nº 1,2,3,4,5,6,7,8,9 e 10 e subemendas 1,2,3 e 4.

Da Regimentalidade

Por fim, confirma-se compatibilidade das emendas apresentadas com os pressupostos regimentais de clareza e técnica legislativa, conforme dispõe os art. 98 e 99 do Regimento Interno, razão pela qual concluo pela regimentalidade das emendas nº 1,2,3,4,5,6, 7, 8, 9, 10 e subemendas 1,2,3 e 4.

Conclusão

Assim, ante as razões expostas, opino pela constitucionalidade das emendas nº 1,2,3,4,5,6,7,8,9 e 10 e subemendas 1,2,3 e 4, pela legalidade das emendas nº



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

1,2,3,4,5,6,7,8,9 e 10 e subemendas 1,2,3 e 4, e pela regimentalidade das emendas nº 1,2,3,4,5,6, 7, 8, 9, 10 e subemendas 1,2,3 e 4.

Belo Horizonte, 07 de novembro de 2023

Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Comissão de Legislação e Justiça

Parecer de 1º turno sobre o Projeto de Lei nº 678/2023

Relatório

Vem à Comissão de Legislação e Justiça, em primeiro turno de discussão e votação nesta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 678/2023, que *"Dispõe sobre a desafetação da área pública que menciona e autoriza sua alienação"*, de autoria do Vereador Ciro Pereira, seguindo os trâmites regimentais, para receber parecer, sob a responsabilidade desta relatoria.

Fundamentação

O projeto de lei em análise *"Dispõe sobre a desafetação da área pública que menciona e autoriza sua alienação"*.

Dando seguimento às atividades desta Comissão de Legislação e Justiça, propus que a presente proposição fosse submetida a um processo de diligência, de acordo com o art. 86, II, do Regimento Interno, junto ao Gabinete do Excelentíssimo Sr. Fuad Noman, Prefeito de Belo Horizonte. Nesse processo, solicitei a análise do órgão competente para emitir um parecer sobre a viabilidade e o interesse público do município em relação a essa desafetação.

Em resposta à Proposta de Diligência ao Projeto de Lei nº 678/2023 — autoria do Vereador Ciro Pereira — encaminhada pelo ofício Dirleg nº 7.808/2023, de 26/09/2023, o Secretário Municipal de Política urbana, João Antônio Fleury Teixeira, asseverou que *"...o local encontra-se em Área de Diretrizes Especiais da Bacia da Pampulha, em Área de Grandes Equipamentos Econômicos (AGEE) e parte em Centralidade Regional (CR). A Rua Domingos Porto é classificada como via local e encontra-se regularmente implantada, não tendo sido executada, tão-somente, a praça de retorno. Ademais, o trecho viário, ao longo do quarteirão 15 (CP 105.002-M), dá frente para oito lotes aprovados (15 a 22), sendo o único meio de acesso aos lotes 16 e 21."*

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 06/10/23
HORA: 18:39



Além disso afirmou que *"de acordo com o Plano Diretor (Lei nº 11.181/2019), "todos os lotes devem confrontar-se com via pública" (art. 121, I), o que não será mais atendido, se o PL examinado for aprovado. Há, ainda, parâmetros urbanísticos que devem ser observados (Tabela 1 do Anexo XII), como (i) as metragens mínima e máxima para ser considerada lote isolado, de 125 m² e de 10.000 m²; (ii) a frente mínima de 5 m do lote; e (iii) a extensão máxima quadra de 200 m; os quais também podem ser afetados com a medida proposta."*

Continuou sustentando que *"...ao contrário do que se afirma na Justificativa do PL em tela, a área em questão é importante para o sistema viário local e para a manutenção da regularidade do parcelamento aprovado com o ordenamento municipal vigente. Diante do exposto, acerca do compete à política urbana, conclui-se que há "impedimento para a pretendida desafetação dos imóveis" referidos no PL nº 678/2023, de modo que se opina por sua inviabilidade."*

Após este breve esclarecimento, passa-se às ponderações técnicas relativas a esta Comissão.

Da Constitucionalidade

O exame de constitucionalidade de um projeto de lei visa impedir que uma proposição eivada de vício seja promulgada em nosso arcabouço jurídico. Desta forma, é necessário verificar se estão presentes os requisitos formais do processo de produção das normas, e se o conteúdo do projeto de lei está em conformidade com o conteúdo das normas constitucionais, evitando que seja promulgada uma lei com inconstitucionalidade formal (nomodinâmica) ou inconstitucionalidade material (nomoestática). Feitas essas considerações iniciais, passo à análise de constitucionalidade do PL 678/23.

O projeto em análise visa determinar que:

"(...) Fica desafetada de sua destinação original, passando a integrar o patrimônio dominial do município, o trecho da Rua Domingos Porto limítrofe ao quarteirão 15 do Bairro Jardim Montanhês, integrante do Cadastro de Planta — CP — 105-002-M.

Parágrafo único — Fica autorizada a alienação do imóvel de que trata o caput deste artigo, observadas as normas sobre licitação



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

aplicáveis, após avaliação a ser realizada pelo Poder Executivo, visando à determinação de seu valor."

Primeiramente, é importante destacar a competência legislativa municipal. A Constituição Federal determina sobre quais temas o Município pode legislar, *in verbis*:

"Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local.

II- suplementar a legislação federal e estadual no que couber."

Portanto, resta claro que o Município pode legislar sobre assuntos de interesse local, abarcando, então, a desafetação. Quanto à iniciativa, também não há nenhum vício no presente Projeto de Lei, uma vez que a iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo, estabelecida na Constituição Federal e Estadual, deve ser interpretada de forma restritiva. A decisão proferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2004.010555-0 do TJSC corrobora para tal entendimento:

"Com efeito, a regra é a capacidade legislativa plena dos parlamentares, que apenas não podem iniciar projetos de lei quando lhes for negado constitucionalmente tal faculdade política, em respeito ao equilíbrio entre as esferas de atuação do Estado." - Acórdão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Julgado em 18 de novembro de 2009.

Quanto à iniciativa para deflagrar o processo legislativo, também não há nenhum vício no presente Projeto de Lei, uma vez que a iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo, estabelecida na Constituição Federal e Estadual, deve ser interpretada de forma restritiva.

Portanto, concluo pela constitucionalidade do PL 678/2023.



Da Legalidade

No âmbito da legalidade/juridicidade, cabe a esta Comissão de Legislação e Justiça examinar a concordância da proposição legislativa em face todo ordenamento jurídico, ou seja, a verificação em conformidade da proposição com as leis gerais federais, as leis estaduais pertinentes e a LOMBH (Lei Orgânica Municipal de Belo Horizonte).

Sobre a desafetação de bem público, importante destacar que a matéria está consubstanciada em normas federais e municipais. Na esfera nacional, os arts. 98 a 101 do Código Civil, assim como do Artigo 17, I, da Lei 8.666/1993, tratam do tema, conforme segue abaixo:

"Art. 98 — São públicos os bens de domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.

Art. 99 — São bens públicos.

I- os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças.

II- os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;

III- os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

Parágrafo único. Não dispondo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

Art. 101. Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei."

"Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos."

O Projeto de Lei 678/2023 também se encontra em conformidade com a iniciativa disciplinada na Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte — LOMBH —, que afirma no art. 7º, II, que o Município exerce sua autonomia ao legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar as legislações federal e estadual, no que couber.

De tal modo, sem vislumbrar impeditivos de ordem jurídica, entendo pela legalidade do Projeto de Lei n. 678/2023.

Da Regimentalidade

Por fim, confirma-se compatibilidade da proposição com os pressupostos regimentais de clareza e técnica legislativa, conforme dispõe os art. 98 e 99 do Regimento Interno, razão pela qual concluo pela regimentalidade ao Projeto de Lei nº 678/2023.

Conclusão

Assim, ante as razões expostas, opino pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei 678/2023.

Belo Horizonte, 06 de novembro de 2023

SERGIO FERNANDO
PEREIRA DE PINHO
TAVARES:84315520691

Assinado de forma digital por
SERGIO FERNANDO PEREIRA DE
PINHO TAVARES:84315520691
Dados: 2023.11.06 18:02:27 -03'00'

Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER EM PRIMEIRO TURNO - PROJETO DE LEI Nº 680/2023

VOTO DO RELATOR

1 - RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei 680/2023 de autoria do nobre Vereador Wesley Moreira, que " Autoriza a desafetação da área que menciona."

Nos termos do art. 52, I, "b", do Regimento Interno, foi o mesmo distribuído a esta Comissão de Legislação e Justiça, sendo a mesma incumbida de avaliar o Projeto sob o aspecto jurídico.

Fui designado relator para exame da matéria e nessa condição, emito o presente parecer, tudo em conformidade com os termos regimentais.

2- FUNDAMENTAÇÃO

Dando seguimento às atividades desta Comissão de Legislação e Justiça, propus que a presente proposição fosse submetida a um processo de diligência, de acordo com o art. 86, II, do Regimento Interno, junto ao Gabinete do Excelentíssimo Sr. Fuad Noman, Prefeito de Belo Horizonte. Nesse processo, solicitei a análise do órgão competente para emitir um parecer sobre a viabilidade e o interesse público do município em relação a essa desafetação.

A Secretaria Municipal de Política Urbana - SMPU concluiu que "cumpre informar que a planta CP a ser mencionada no PL em tela é o de número 159-041-H, e não o CP 159.222-F, o que exige correção"

Acrescenta que: "a área objeto do PL em apreço atende ao mínimo de 125m2 estabelecido pelo Plano Diretor para o zoneamento Ocupação Preferencial (OP) 1."

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA. 13/11/23
HORA. 09:11



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Informa-se, ainda “a existência de processo de parcelamento do solo (31.00140369/2023-70, com diretrizes emitidas em 10/04/2023) a cargo da Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP), que objetiva regularização da via existente e a desafetação de área caracterizada como praça e sua integração ao lote proposto.

Conclui que: “Diante do exposto, esta Secretaria, no bojo de suas atribuições, não vê óbices de cunho urbanísticos à eventual desafetação da área, desde que feita a correção quanto à referência ao CP correto.”

A SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA - SUALOG informou: “Em atenção ao ticket referenciado, informamos que o imóvel em questão é de propriedade do Município, sendo composto de parte do lote 026 e parte da Praça 1924, aprovada na planta CP 159222F, mas não implantada. Não há impeditivos para a alienação.”

O PARECER TÉCNICO BHTRANS/DSV/GEDN N° 551/2023 DE 17 DE OUTUBRO DE 2023 informa: “Na situação atual de circulação e função da via, a BHTRANS não possui interesse no local para obra ou projeto e manifesta-se favoravelmente ao Projeto de Lei 680/23. Entretanto, a Avenida Olinto Meireles possui previsão legal de recuo de alinhamento com largura final de 35 m que deve ser respeitada para fins de parcelamento e ocupação.

Por último, a SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA – SMOBI conclui: “a princípio o PL em questão não afeta ou prejudica o parcelamento em andamento, nem o parcelamento afeta ou prejudica o PL”

2.1 - DA CONSTITUCIONALIDADE

Nesse tópico, analisaremos se o presente Projeto está em conformidade com as normas e as leis do ordenamento jurídico pátrio.

A chamada inconstitucionalidade por ação (cuja presença será avaliada nesta oportunidade) ocorre com a produção de atos legislativos que contrariem normas ou princípios da Constituição, uma vez que deve haver uma compatibilidade vertical das normas da ordem jurídica de um país, no sentido que as normas de grau inferior (no caso,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

as Leis Municipais) somente terão validade se forem compatíveis com a de norma superior, a Constituição (Federal e Estadual).

A incompatibilidade das Leis Municipais (normas inferiores) com a Constituição (norma superior), pode se dar sob dois aspectos, formal e material.

A inconstitucionalidade formal refere-se ao procedimento ou forma de elaboração da norma. A inconstitucionalidade ocorre pelo desrespeito das regras previstas na constituição para a criação de uma Lei ou norma (processo legislativo). Temos que o vício formal que ocorre com mais frequência é o vício de iniciativa, no qual um projeto de lei que versa sobre matéria privativa ou reservada a um determinado ente ou autoridade é proposto por quem não tem a competência para tanto. O vício formal é aquele que atinge o ato em seu processo de elaboração.

A inconstitucionalidade material ocorre quando o teor das Leis contraria preceito ou princípio da Constituição, isto é, está em desacordo com suas disposições, violando direitos e garantias fundamentais, contrariando dispositivos que tratam da estrutura do Estado e da organização dos Poderes.

Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva, privativa ou concorrente delimitada expressamente na Constituição Federal e no que diz respeito aos municípios, temos o seguinte:

Art. 30. Compete aos Municípios:

- I - Legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - Suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

Depreende-se da leitura dos dispositivos citados que cabe aos municípios, legislar de maneira concorrente sobre o tema em questão.

Observação semelhante se faz em relação à nossa Constituição Mineira:

Art. 165 - Os Municípios do Estado de Minas Gerais integram a República Federativa do Brasil.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

§ 1º - O Município, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, organiza-se e rege-se por sua Lei Orgânica e demais leis que adotar, observados os princípios da Constituição da República e os desta Constituição.

§ 2º -Ao Município incumbe gerir interesses da população situada em área contínua do território do Estado, de extensão variável, delimitada em lei.

Art. 169 - O Município exerce, em seu território, competência privativa e comum ou suplementar, a ele atribuída pela Constituição da República e por esta Constituição.

Assim, semelhantemente em nível Estadual, é outorgado aos municípios a competência para legislar acerca do tema objeto do Projeto.

Já no art. 2º da nossa Carta Magna está consagrado o princípio da separação dos poderes:

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Tal entendimento também é ratificado pelos arts. 6º e 173, 6º da Constituição do Estado de Minas Gerais:

Art. 6º - São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Parágrafo único - Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuição e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.

Art. 173 - São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

§ 1º - Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições, e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Este princípio tem como pilares a independência e a harmonia, no sentido de que cada Poder tem a sua esfera de atuação preponderante, sem que possa ingressar na esfera de atuação preponderante de outro Poder.

Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva ou privativa delimitada expressamente pela Constituição Federal.

Tendo em vista tais disposições e em análise ao conteúdo do Projeto de Lei 680/2023, verifica-se que o mesmo não adentra em matéria de competência privativa do Executivo.

Assim, por não violar a competência dos demais entes federativos, conforme se depreende da leitura dos dispositivos constitucionais, atendendo, dessa forma, a observância ao aspecto relacionado a competência e à iniciativa, bem como por estar de acordo com o conteúdo da Carta Magna e da Constituição Estadual, entendo pela **constitucionalidade** do Projeto de Lei 680/2023.

2.2 – DA LEGALIDADE

No âmbito da legalidade/Juridicidade, cabe a esta Comissão de Legislação e Justiça examinar a concordância da proposição legislativa em face todo ordenamento jurídico, ou seja, a verificação em conformidade da proposição com as leis gerais federais, as leis estaduais pertinentes e a LOMBH (Lei Orgânica Municipal de Belo Horizonte).

Sobre a desafetação de bem público, importante destacar que a matéria está consubstanciada em normas federais e municipais. Na esfera nacional, os arts. 98 a 101 do Código Civil, assim como do Artigo 17, I, da Lei 8.666/1993, tratam do tema, conforme segue abaixo

“Art. 98 — São públicos os bens de domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.

Art. 99 — São bens públicos.

- I- os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- II- os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;
- III- os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

Parágrafo único. Não dispondo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

Art. 101. Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.”

“Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas: I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos.”

Entretanto, cabe ressaltar que, conforme a Secretaria Municipal de Política Urbana, a planta CP a ser mencionada no PL em tela é o de número 159-041-H, e não o CP 159.222-F, o que exige correção. Sendo assim, apresento emenda para que assim o erro seja sanado.

O Projeto de Lei 680/2023 também se encontra em conformidade com a iniciativa disciplinada na Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte — LOMBH —, que afirma no art. 7º, II, que o Município exerce sua autonomia ao legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar as legislações federal e estadual, no que couber.

De tal modo, sem vislumbrar impeditivos de ordem jurídica, entendo pela **legalidade** do Projeto de Lei n. 680/2023 com apresentação de emenda.

2.3. DA REGIMENTALIDADE

Por fim, verifica-se a regular tramitação e compatibilidade da proposição com os pressupostos regimentais de clareza e técnica legislativa, conforme dispõe os art. 98 e 99 do



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Regimento Interno, razão pela qual concluo pela **regimentalidade** do Projeto de Lei n. 680/2023.

3- CONCLUSÃO

Ante o exposto, manifesto pela **constitucionalidade, legalidade e regimentalidade** do Projeto de Lei 680/2023 **com apresentação de emenda**.

Belo Horizonte, 13 de novembro de 2023

RAMON
BAPTISTA
BIBIANO:4
95318676
15

Assinado de
forma digital por
RAMON BAPTISTA
BIBIANO:4953186
7615
Dados: 2023.11.13
09:02:47 -03'00'

Vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio

Relator



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

SUBSTITUTIVO-EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 680/2023

Autoriza a desafetação da área que
menciona

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica autorizada a desafetação, passando a integrar o patrimônio dominial do Município, de área situada em trecho do lote 26 da quadra 113, lindeiro ao lote 12 da quadra 113, conforme CP159-041-H, correspondente ao lote CTM 120502600215 e localizada na Rua São Paulo da Cruz, código 083337, no Bairro Barreiro.

§ 1º - A área a que se refere o caput deste artigo consta do Anexo desta lei.

§ 2º - A área a que se refere o caput deste artigo equivale a aproximadamente 608,13m² (seiscentos e oito vírgula treze metros quadrados).

Art. 2º - Fica autorizada a alienação, na forma de venda ou permuta, da área desafetada por esta lei.

Art. 3º - A desafetação de que trata esta lei será precedida de análise de interesse público, levantamento topográfico da área e sua devida avaliação.

Parágrafo único - A avaliação a que se refere o caput deste artigo será feita de acordo com os valores de mercado e será devidamente atualizada antes que o processo de alienação seja finalizado.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Art. 4º - Os laudos de avaliação da área desafetada a que se refere esta lei deverão ser atualizados na ocasião da realização do procedimento licitatório de alienação ou de sua dispensa.

Art. 5º - Em caso de parcelamento do valor previsto na avaliação a que se refere o art. 3º desta lei, as correções serão feitas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - Especial - IPCA-E - anual, acrescidas de juros simples de 1% (um por cento) ao mês.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 13 de novembro de 2023

RAMON

BAPTISTA

BIBIANO:4

95318676

15

Assinado de forma
digital por RAMON
BAPTISTA
BIBIANO:4953186
7615
Dados: 2023.11.13
09:03:13 -03'00'

Vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM 1º TURNO PROJETO DE LEI N. 694/2023 COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

1. RELATÓRIO

Vem à Comissão de Legislação e Justiça, em primeiro turno de discussão e votação nesta Casa Legislativa, o Projeto de Lei n. 694/2023, de autoria do Vereador Rubão que *“Dispõe sobre a divulgação de listas de medicamentos nos serviços próprios do Sistema Único de Saúde”*.

Devidamente instruído e recebido pelo Presidente desta Comissão, fui designada relatora e é nesta condição que passo a fundamentar o presente parecer.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O projeto em análise *“Torna obrigatória a divulgação diária de lista atualizada de medicamentos disponíveis e em falta nos serviços próprios do Sistema único de Saúde de Belo Horizonte.”*

Como justificativa expõe que o *“projeto normativo em discussão visa proporcionar maior transparência à lista de medicamentos, em respeito ao princípio da publicidade dos atos administrativos, previsto no Art. 37 da Constituição Federal”*.

Após breve explanação do mérito, passo a análise que compete a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, “a”, do Regimento Interno.

2.1. DA CONSTITUCIONALIDADE

A análise da constitucionalidade de determinada proposição corresponde à avaliação de sua compatibilidade com as regras e princípios, de caráter procedimental, formal ou material previstos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB), considerando-se sua pertinência em relação ao poder de iniciativa e à competência legislativa no âmbito do Poder em que se manifesta.

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 09/11/2023
HORA: 10:05



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O reconhecimento da supremacia da Constituição Federal e de sua força vinculante em relação aos Poderes Públicos torna inevitável a discussão sobre as formas e modos para sua legítima defesa e sobre a necessidade de Controle de Constitucionalidade dos atos do Poder Público, especialmente das leis e atos normativos.

Ao Poder Legislativo municipal cabe o controle de constitucionalidade preventivo, antes do nascimento jurídico da lei ou ato normativo, impedindo que o objeto contrário à Constituição da República ou à Constituição Estadual contamine o ordenamento jurídico.

Nesse sentido, verifica-se a competência municipal para legislar sobre o tema proposto, conforme dispõe o art. 30, incisos I, II e VII da Constituição da República:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

No entanto, embora seja louvável a intenção do Autor neste Projeto de Lei, é preciso observar que a proposição apenas inova no prazo, mas peca por ferir o princípio constitucional da razoabilidade, conforme verifica-se abaixo.

Vejam que quando o Projeto de Lei chegou para a emissão de Parecer, tive o cuidado de redigir pedido de informação direcionado à Prefeitura de Belo Horizonte, com o intuito de investigar quais os procedimentos adotados para a divulgação das listas de remédios nos postos de saúde. Todavia, o pedido retornou sem nenhuma resposta por parte do Poder Público.

Ato contínuo, passei a compulsar o ordenamento jurídico nacional para verificar se a proposição cumpria os parâmetros de constitucionalidade e legalidade e se havia alguma outra norma que regulamenta o tema. Deparei-me, então, com a recém aprovada Lei 14.654/2023, cuja ementa diz que: ***“acrescenta dispositivo à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para tornar obrigatória a divulgação dos estoques dos medicamentos das farmácias que compõem o Sistema Único de Saúde (SUS).”***

Segundo essa legislação, o art. 6º-A da Lei 8.080/90, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º-A. As diferentes instâncias gestoras do Sistema Único de Saúde (SUS) ficam obrigadas a disponibilizar nas respectivas páginas eletrônicas na internet os estoques de medicamentos das farmácias públicas que estiverem sob sua gestão, **com atualização quinzenal**, de forma acessível ao cidadão comum.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Quando se comparam as duas normas jurídicas percebe-se que elas tratam de tema idêntico, mas com a diferença de que a lei municipal estabelece um prazo diário para emissão das atualizações das listas, enquanto que a federal a estabelece em quinze dias.

É esse o ponto. O PL 694/2023, embora traga prazo inovador, não traz medida calcada na razoabilidade, já que destacar um corpo de servidores para realizar inventário de toda a medicação em estoque, todos os dias, é medida contraproducente. Principalmente, pelo fato de já haver lei federal que impõe essa obrigação quinzenalmente e esse mandamento se direciona a todos os entes políticos, incluindo esta capital.

Pelo exposto, uma vez que a presente proposição fere o princípio da razoabilidade, entendo pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei n. 694/2023.

2.2. DA LEGALIDADE

A análise de legalidade consiste na verificação de compatibilidade da proposição com as leis gerais federais, as leis estaduais pertinentes e a Lei Orgânica Municipal.

Quanto a este ponto, verifica-se que o Projeto em tela está em desacordo com o ordenamento jurídico.

A Lei Federal n. 9.784/99 também prevê que a Administração Pública deve observar o princípio da razoabilidade:

*Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, **razoabilidade**, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.*

De tal modo, pelas mesmas razões expostas no item da “constitucionalidade”, e por não contemplar todos os princípios expressos na Lei 9.784/99, entendo pela ilegalidade do Projeto de Lei n. 694/2023.

2.3. DA REGIMENTALIDADE

Por fim, verifica-se a regular tramitação e compatibilidade da proposição com as exigências impostas pelo Regimento Interno, razão pela qual concluo pela regimentalidade do Projeto de Lei n. 694/2023.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

3. CONCLUSÃO

Em face ao exposto, concluo pela inconstitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade do Projeto de Lei n. 694/2023.

Belo Horizonte, 09 de novembro de 2023.

FERNANDA PEREIRA
ALTOE:04519898641

Assinado de forma digital por FERNANDA
PEREIRA ALTOE:04519898641
Dados: 2023.11.09 10:03:51 -03'00'

VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ
RELATORA



PARECER EM 1º TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 703/2023

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 703/2023 de autoria do nobre Vereador Bruno Miranda, que ***“Declara a Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte como patrimônio imaterial do Município”***.

Nos termos do despacho de recebimento às fls. 11 dos autos da proposição em análise, o Projeto de Lei nº 703/2023 foi distribuído a esta Comissão de Legislação e Justiça, sendo a mesma incumbida de avaliar a ***constitucionalidade, legalidade e regimentalidade*** do referido projeto, nos moldes do art. 52, I, "a", do Regimento Interno.

Fui designado relator para exame da matéria e nessa condição, emito o presente voto, tudo em conformidade com o artigo 85 e demais dispositivos afins do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

1) Fundamentação

O Projeto de Lei nº 703/2023 alvo deste parecer, tem por objetivo declarar a Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte como patrimônio imaterial do Município.

Em suma, o autor do Projeto justifica sua iniciativa sob a seguinte argumentação:



“A presente proposição tem como objetivo tomar a Guarda Civil Municipal patrimônio imaterial de BH. Patrimônio imaterial é transmitido de geração em geração, sendo constantemente recriado pelas comunidades e pelos grupos de seu ambiente, gerando identidade, sentimento de pertencimento, além de contribuir para a promoção do respeito às práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer.

A Guarda Civil Municipal é uma instituição que tem o papel de manter a ordem pública na capital, em articulação permanente com a rede de serviços da Prefeitura de Belo Horizonte, agindo na defesa dos direitos dos cidadãos e na proteção preventiva municipal. Exerce o policiamento comunitário preventivo no município, com atuação que se soma às forças de segurança pública estaduais, representadas pelas polícias Civil e Militar, e Federal.

Desde janeiro de 2017, a Guarda Municipal de BH assumiu um novo papel na vida da população, deixando de atuar somente na defesa do patrimônio público e assumindo também ações preventivas contra a criminalidade. Para o cidadão comum, a presença dos guardas municipais nas praças, ruas, ônibus e em grandes eventos, desde então, tornou-se parte da rotina e passou a ser vista como uma nova força de segurança, capaz de viabilizar a retomada de hábitos simples, como um passeio a pé pela cidade ou a participação em eventos públicos, como o Carnaval, as festas juninas, jogos de futebol e outros eventos culturais.”

Desde já, gostaríamos de cumprimentar o nobre Vereador pela iniciativa. Entretanto, temos que a análise do mérito do presente Projeto não cabe a esta Comissão, sendo tal estudo objeto das demais comissões temáticas desta casa.



Assim, vamos nos ater a análise que é própria desta Comissão de Legislação e Justiça, isto é, os aspectos **constitucional, legal e regimental** do Projeto.

1.1) Da Constitucionalidade

Passaremos agora a análise da **constitucionalidade** do Projeto de Lei nº 703/2023.

Também conhecido por **controle de constitucionalidade preventivo**, esse momento é a oportunidade do Poder Legislativo Municipal, de avaliar a conformidade dos Projetos de Lei nascidos nessa casa, bem como daqueles oriundos do Poder Executivo, com os princípios e preceitos das Constituições Federal e Estadual e da Lei Orgânica do Município, visando atuar de maneira preventiva no sentido de se evitar que Projetos de Lei inconstitucionais se tornem Lei.

A chamada **inconstitucionalidade por ação** (cuja presença será avaliada nesta oportunidade) ocorre com a produção de atos legislativos que contrariem normas ou princípios da Constituição, uma vez que deve haver uma **compatibilidade vertical** das normas da ordem jurídica de um país, no sentido que as normas de grau inferior (no caso, as Leis Municipais) somente terão validade se forem compatíveis com a de norma superior, a Constituição (Federal e Estadual).

A incompatibilidade das Leis Municipais (*normas inferiores*) com a Constituição (*norma superior*), pode se dar sob dois aspectos, **formal e material**.



A **inconstitucionalidade formal** refere-se ao procedimento ou forma de elaboração da norma. A inconstitucionalidade ocorre pelo desrespeito das regras previstas na constituição para a criação de uma Lei ou norma (processo legislativo). Temos que o vício formal que ocorre com mais frequência é o vício de iniciativa, no qual um projeto de lei que versa sobre matéria privativa ou reservada a um determinado ente ou autoridade é proposto por quem não tem a competência para tanto. O vício formal é aquele que atinge o ato em seu processo de elaboração.

A **inconstitucionalidade material** ocorre quando o teor das Leis contraria preceito ou princípio da Constituição, isto é, está em desacordo com suas disposições, violando direitos e garantias fundamentais, contrariando dispositivos que tratam da estrutura do Estado e da organização dos Poderes.

Feitas essas considerações iniciais, passo à análise dos quesitos de constitucionalidade do PL 703/2023.

Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva, privativa ou concorrente delimitada expressamente na Constituição Federal. No que diz respeito aos Municípios e especificamente sobre o tema tratado pelo Projeto, temos o seguinte:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;



Depreende-se da leitura dos dispositivos citados que o constituinte originário outorgou aos Municípios a competência para legislar sobre o tema em questão.

Observação semelhante se faz em relação à nossa Constituição Mineira:

Art. 165 - Os Municípios do Estado de Minas Gerais integram a República Federativa do Brasil.

§ 2º - Ao Município incumbe gerir interesses da população situada em área contínua do território do Estado, de extensão variável, delimitada em lei.

Art. 166 - O Município tem os seguintes objetivos prioritários:

I - gerir interesses locais, como fator essencial de desenvolvimento da comunidade;"

Art. 169 - O Município exerce, em seu território, competência privativa e comum ou suplementar, a ele atribuída pela Constituição da República e por esta Constituição.

Art. 171 - Ao Município compete legislar:

I - sobre assuntos de interesse local, notadamente:

Verifica-se que em nível Estadual, também não existe nenhum óbice aos municípios para legislar acerca do tema objeto do Projeto.

Segundo o saudoso professor Hely Lopes Meirelles:

"As Leis de iniciativa da Câmara ou, mais propriamente, de seus vereadores são todas as que a lei orgânica municipal não reserva, expressa e privativamente, à iniciativa do prefeito. As leis orgânicas municipais devem reproduzir, dentre as matérias



previstas nos arts. 61, § 1º, e 165 da CF, as que se inserem no âmbito da competência municipal. São, pois, de iniciativa exclusiva do prefeito, como chefe do local, os projetos de leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuição das secretarias, órgãos e entes da Administração Pública Municipal; matéria de organização administrativa e planejamento de execução de obras e serviços públicos; criação de cargos, funções ou empregos públicos na Administração direta, autárquica e fundacional do Município; regime jurídico e previdenciário dos servidores municipais, fixação e aumento de sua remuneração; plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual e créditos suplementares e especiais. Os demais projetos competem concorrentemente ao prefeito e à Câmara, na forma regimental”.

(Direito Municipal Brasileiro, 17ª ed. Atualizada por Adilson Abreu Dallari, São Paulo, Malheiros, 2014)

Assim, temos que a matéria tratada pelo Projeto não está incluída nas hipóteses constitucionais de iniciativa privativa do Executivo, que formam um rol taxativo, exceções, e assim devem ser interpretadas de forma restritiva, não apenas no sentido de que a enumeração constitucional é taxativa, mas principalmente porque não se deve ampliar, através de interpretação, o alcance de seus dispositivos.

O Supremo Tribunal Federal já decidiu:

“A iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume e nem comporta interpretação ampliativa, na medida em que, por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo, deve necessariamente derivar de norma constitucional explícita e inequívoca.” (grifo nosso)



(ADI-MC nº 724/RS, Relator Ministro Celso de Mello, DJ de 27.4.2001)

Assim, sob pena de se esvaziar a competência do Legislativo para iniciar o processo de elaboração das leis, não podemos ampliar o rol das hipóteses taxativas de exercício da competência exclusiva prevista nos dispositivos legais, através de uma interpretação que extrapole tais determinações.

Nesse aspecto, cabe observar que o Judiciário vem adotando posicionamento mais flexível no que tange à iniciativa parlamentar para edição de leis que versem sobre programas e serviços públicos, desde que não haja invasão da esfera administrativa – esta reservada em nosso ordenamento ao Poder Executivo – o que se daria, por exemplo, através da determinação de criação de órgãos ou da criação de novas atribuições a órgãos já existentes, ou ainda, da criação de cargos públicos.

Assim, quando o projeto se limitar à fixação de normas de conteúdo geral, programático ou, então, quando estabeleça disciplina sobre determinada matéria que já esteja inserida na competência de órgãos municipais, fazendo-o de forma harmônica com a legislação de regência do tema, não há que se cogitar de vícios, eis que a reserva de iniciativa deve ser interpretada restritivamente.

No âmbito da análise material da constitucionalidade temos que o PL está em desacordo as disposições constitucionais, uma vez que adentra em atribuições pertencentes à administração pública, estranhas ao poder legislativo.

O Projeto 703/23 determina em seu art. 1º:

Art. 1º - Fica declarada a Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte como patrimônio imaterial do Município.



Entretanto, temos não cabe ao poder legislativo expedir tal determinação.

Conforme observa-se na resposta exarada pelo Executivo - mais precisamente pela Fundação Municipal de Cultura - à diligência apresentada por esta Comissão, há um rito administrativo a ser seguido para obtenção do reconhecimento pleiteado pelo PL:

"No que tange ao processo de solicitação e encaminhamentos de pedido de reconhecimento de algum bem cultural como patrimônio cultural imaterial a Lei 9000/2004 determina que:

Art. 3º - Poderão solicitar o Registro de Bens Culturais de Natureza 'material:

I - titulares de órgãos, entidades ou conselhos do Executivo;

II - vereadores da Câmara Municipal de Belo Horizonte;

III - sociedades civis;

IV - cidadãos em geral.

Art. 4º - A solicitação de Registro de Bens Culturais de Natureza 'material será encaminhada ao Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte.

§ 1º - O Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte, após avaliar a pertinência da solicitação de que trata o caput, solicitará à Secretaria Municipal de Cultura a abertura e a instrução de processo administrativo, por meio de Dossiê de Registro, que deverá conter:

I - a descrição pormenorizada do bem de natureza imaterial a ser registrado, com especificação dos elementos considerados culturalmente relevantes;

II - a documentação respectiva.

§ 2º - Após a instrução do processo administrativo de que trata o § 1º deste artigo, o a Secretaria Municipal de Cultura emitirá parecer técnico sobre a proposta de a Registro e encaminhará o processo



administrativo ao Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte, para apreciação final.”

Assim, o presente Projeto de Lei não é o meio correto para atendimento do pleito nele constante.

Ao fazê-lo, o Projeto acaba por contrariar o princípio da separação dos poderes:

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

O que também é ratificado pelos **arts. 6º e 173, §º da Constituição do Estado de Minas Gerais**:

“Art. 6º - São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Parágrafo único - Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuição e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.”

“Art. 173 - São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

§ 1º - Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições, e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.”

Este princípio tem como pilares a independência e a harmonia, no sentido de que cada Poder tem a sua esfera de atuação preponderante, sem que possa ingressar na esfera de atuação preponderante de outro Poder.



Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva ou privativa delimitada expressamente pela Constituição Federal.

Essa conclusão está em sintonia com o princípio da simetria, que determina que os Estados e os Municípios sujeitem suas respectivas Constituições e Leis Orgânicas às normas jurídicas presentes na Constituição Federal, principalmente as relacionadas a estrutura do governo, forma de aquisição e exercício do poder, organização de seus órgãos e limites de sua própria atuação.

Observarmos a aplicação do referido princípio nos seguintes dispositivos da Constituição Estadual:

“Art. 66 - São matérias de iniciativa privativa, além de outras previstas nesta Constituição:

III - do Governador do Estado:

f) a organização da Advocacia do Estado, da Defensoria Pública, da Polícia Civil, da Polícia Militar e dos demais órgãos da Administração Pública, respeitada a competência normativa da União;”

Tal dispositivo guarda simetria com a seguinte determinação da Magna Carta:

“Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:



II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;"

Neste sentido, citamos o seguinte julgado, que afirma a inconstitucionalidade de lei que adentra a competência material do Poder Executivo:

"EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – LEI MUNICIPAL QUE TRATA DE MATÉRIA DE NATUREZA ESSENCIALMENTE ADMINISTRATIVA - PROJETO DE LEI DE INICIATIVA DO PODER LEGISLATIVO – INCONSTITUCIONALIDADE - VÍCIO DE INICIATIVA. - Padece de inconstitucionalidade, por vício de iniciativa, Lei Municipal que decorre de projeto de lei de iniciativa do Poder Legislativo Municipal e que versa sobre questão de natureza essencialmente administrativa, matéria cuja competência é de iniciativa privativa do Chefe do Executivo." (TJMG, ADI 1.0000.15.001637-6/000, Rel. Des. Evandro Lopes da Costa Teixeira, d.j. 08/06/2016).

O disposto do art. 2º do PL 703/23 não se trata de atividade sujeita a disciplina legislativa.

Quando o Poder Legislativo do Município edita lei disciplinando atuação administrativa, como ocorre, no caso em exame, invade, indevidamente, esfera que é própria da atividade do Administrador Público, violando o princípio da separação de poderes.



Cabe essencialmente à Administração Pública e não ao legislador deliberar a respeito de tais questões, sendo eminentemente uma atuação administrativa, na qual é vedada intromissão de qualquer outro poder.

Assim, o dispositivo destacado é verticalmente incompatível com nosso ordenamento constitucional por conter vício de iniciativa ao violar o princípio da separação de poderes.

É pacífico na doutrina, bem como na jurisprudência, que ao Poder Executivo cabe primordialmente a função de administrar, que se revela em atos de planejamento, organização, direção e execução de atividades inerentes ao Poder Público. De outra banda, ao Poder Legislativo, de forma primacial, cabe a função de editar leis, ou seja, atos normativos revestidos de generalidade e abstração.

Conforme lição do saudoso professor Hely Lopes Meirelles:

"a Prefeitura não pode legislar, como a Câmara não pode administrar. Cada um dos órgãos tem missão própria e privativa: a Câmara estabelece regra para a Administração; a Prefeitura a executa, convertendo o mandamento legal, genérico e abstrato, em atos administrativos, individuais e concretos. O Legislativo edita normas; o Executivo pratica atos segundo as normas. Nesta sinergia de funções é que residem a harmonia e independência dos Poderes, princípio constitucional (art.2º) extensivo ao governo local. Qualquer atividade, da Prefeitura ou Câmara, realizada com usurpação de funções é nula e inoperante.

(...) todo ato do Prefeito que infringir prerrogativa da Câmara – como também toda deliberação da Câmara que invadir ou retirar atribuição da Prefeitura ou do Prefeito – é nulo, por ofensivo ao princípio da separação de funções dos órgãos do governo local



(CF, art.2º c/c o art.31), podendo ser invalidado pelo Poder Judiciário.

(MEIRELLES, Hely Lopes. Direito municipal brasileiro. 15ªed. São Paulo, Malheiros, 2006)

Por estas razões concluímos pela **inconstitucionalidade** do Projeto de Lei 703/2023.

1.2) Da Legalidade e da Regimentalidade

Tendo em vista a constatação da **inconstitucionalidade** do Projeto de Lei 703/2023, restam prejudicados os exames da Legalidade e Regimentalidade do mesmo.

2) Conclusão

Diante do exposto, meu parecer e voto é pela ***inconstitucionalidade*** do Projeto de Lei 703/2023.

Belo Horizonte, 10 de novembro de 2023.

JORGE
LUIZ DOS
SANTOS:02
377068731

Assinado de forma digital por
JORGE LUIZ DOS
SANTOS:02377068731
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC
SOLUTI Multipla vs,
ou=22882751000111,
ou=Presencial, ou=Certificado
PF A3, cn=JORGE LUIZ DOS
SANTOS:02377068731
Dados: 2023.11.10 15:34:44
+03'00'

Vereador Jorge Santos
Relator



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Comissão de Legislação e Justiça Parecer de 1º turno sobre o Projeto de Lei nº 727/2023

Relatório

O Projeto de Lei nº 727/2023, que *“Dispõe sobre a criação de projeto-modelo de captação de águas pluviais para edificações comerciais e/ou residenciais, no Município”*, de autoria do Vereador Fernando Luiz, vem a esta Comissão de Legislação e Justiça, seguindo os trâmites regimentais, para receber parecer, sob a responsabilidade desta relatoria.

Fundamentação

Compete à Comissão de Legislação e Justiça a análise de juridicidade dos projetos de lei que tramitam nesta Casa Legislativa, compreendendo a avaliação de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das proposições.

O exame de constitucionalidade neste momento é de grande importância, pois tem caráter de controle de constitucionalidade preventivo, o que, no contexto de uma Constituição formal e rígida, é imprescindível para a garantia de um ordenamento jurídico em conformidade com as normas constitucionais, garantindo o preenchimento dos requisitos formais e materiais que devem ser observados.

Já em relação às normas infraconstitucionais, há que se verificar a conformidade das proposições com as leis gerais federais, leis estaduais pertinentes e Lei Orgânica Municipal. Em relação à juridicidade, em sentido amplo, insta verificar se o projeto de lei é dotado de generalidade, abstratividade, imperatividade e coercibilidade, avaliando também se tal projeto inova no ordenamento jurídico.

Por fim, é preciso avaliar se a proposição é regimental, ou seja, se é compatível com o Regimento Interno desta Casa Legislativa.

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA. 10/11/2023
HORA. 17:10



Da Constitucionalidade

O exame de constitucionalidade de um projeto de lei visa impedir que uma proposição eivada de vício seja promulgada em nosso arcabouço jurídico. Desta forma, é necessário verificar se estão presentes os requisitos formais do processo de produção das normas, e se o conteúdo do projeto de lei está em conformidade com o conteúdo das normas constitucionais, evitando que seja promulgada uma lei com inconstitucionalidade formal (nomodinâmica) ou inconstitucionalidade material (nomoestática). Feitas essas considerações iniciais, passo à análise de constitucionalidade do PL 727/2023.

O PL 727/2023 *"Dispõe sobre a criação de projeto-modelo de captação de águas pluviais para edificações comerciais e/ou residenciais, no Município"*, vejamos, primeiramente, a competência legislativa do tema em questão. A nossa Constituição Federal, dispõe no artigo 30 a competência legislativa destinada ao Município.

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

A drenagem e manejo de águas pluviais urbanas tem caráter de saneamento básico, e como tal, configura-se como prestação de serviço público de interesse local. Sendo assim, ajusta-se à competência legislativa designada pela nossa Carta Magna no artigo supracitado, e também abarcada pelo artigo 23, IX:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Quanto à iniciativa, observa-se que a matéria tratada no projeto de lei em análise não adentra nenhuma reserva de competência, ou seja, não há que se falar em competência privativa neste caso. Vejamos o artigo 61 da CF.

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI;

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.

É, portanto, válida e legítima a atuação parlamentar.

Assim, com base nos fundamentos acima explanados, concluo pela constitucionalidade do Projeto de Lei nº 727/2023.

Da Legalidade

A legalidade pressupõe a concordância das proposições legislativas à Lei, assim temos que atos legislativos devem estar em acordo com as normas superiores e ser adequados as mesmas, incluindo-se aí a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte — LOMBH.

O Projeto de Lei 727/2023, ao dispor sobre a obrigatoriedade de criação de projeto-modelo de captação de águas pluviais para edificações comerciais e/ou residenciais no Município, trata sobre tema afeto à Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433/97). Destacam-se dois fundamentos da norma supracitada, quais sejam:

Art. 1º A Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se nos seguintes fundamentos:

IV - a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas;

VI - a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

Depreende-se, portanto, que a proposição em análise está de acordo com a Lei Federal 9.433/97 ao estabelecer o aproveitamento de águas pluviais. Ademais, o Projeto de Lei 727/2023 se alinha também aos objetivos do diploma normativo nacional, *in verbis*:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Art. 2º São objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos:

I - assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos;

II - a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável;

IV - incentivar e promover a captação, a preservação e o aproveitamento de águas pluviais.

Assim, com base nos fundamentos acima explanados, concluo pela legalidade do Projeto de Lei nº 727/2023.

Da Regimentalidade

O PL 727/2023 está instruído corretamente e de acordo com o Regimento Interno, haja vista os preceitos insculpidos nos arts. 99, 106 e 107 do referido diploma legal desta Casa Legislativa, não apresentando quaisquer impedimentos regimentais que impeçam o seu normal transcurso no processo legislativo municipal.

Verifica-se que o mesmo atende os aspectos da clareza, técnica legislativa e estilo parlamentar, razão pela qual concluo pela regimentalidade do PL 727/2023.

Conclusão

Portanto, ante as razões expostas, opino pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade do Projeto de Lei nº 727/2023.

Belo Horizonte, 10 de novembro de 2023

SERGIO FERNANDO
PEREIRA DE PINHO
TAVARES:84315520691

Assinado de forma digital por
SERGIO FERNANDO PEREIRA DE
PINHO TAVARES:84315520691
Dados: 2023.11.10 16:46:22 -03'00'

Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM 1º TURNO PROJETO DE LEI N. 752/2023 COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

1. RELATÓRIO

Vem à Comissão de Legislação e Justiça, em primeiro turno de discussão e votação nesta Casa Legislativa, o Projeto de Lei n. 752/2023, de autoria do Vereador César Gordin que *“Dispõe sobre a entrada de torcedores com vestimentas, bandeiras, instrumentos musicais e faixas em Estádios localizados no Município de Belo Horizonte.”*

Devidamente instruído e recebido pelo Presidente desta Comissão, fui designada relatora e é nesta condição que passo a fundamentar o presente parecer.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O projeto em análise prevê que *“os torcedores terão o direito de utilizar vestimentas, bandeiras, inclusive com mastro, instrumentos musicais e faixas de qualquer organização ou torcida, respeitada as divisões previamente estabelecidas de áreas para mandantes e visitantes quando for o caso, durante eventos esportivos realizados em estádios localizados no Município, desde que não contenham mensagens de caráter racista, homofóbico ou xenófobo.”*

Como justificativa expõe que *“o presente Projeto de Lei tem como objetivo garantir a entrada de torcedores e torcidas organizadas com vestimentas, bandeiras, instrumentos musicais e faixas em Estádios localizados no Município de Belo Horizonte, desde que não contenham mensagens de caráter racista, homofóbico ou xenófobo. Esta iniciativa se baseia em argumentos sólidos e preceitos constitucionais que destacam a importância da liberdade de expressão e a necessidade de evitar punições coletivas injustas.”*

Após breve explanação do mérito, passo a análise que compete a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, “a”, do Regimento Interno.

ROTCOLIB... PRME
DELIBERAÇÃO... 2021
DATA: 13.11.23
HORA: 15.20



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

2.1. DA CONSTITUCIONALIDADE

A análise da constitucionalidade de determinada proposição corresponde à avaliação de sua compatibilidade com as regras e princípios, de caráter procedimental, formal ou material previstos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB), considerando-se sua pertinência em relação ao poder de iniciativa e à competência legislativa no âmbito do Poder em que se manifesta.

O reconhecimento da supremacia da Constituição Federal e de sua força vinculante em relação aos Poderes Públicos torna inevitável a discussão sobre as formas e modos para sua legítima defesa e sobre a necessidade de Controle de Constitucionalidade dos atos do Poder Público, especialmente das leis e atos normativos.

Ao Poder Legislativo municipal cabe o controle de constitucionalidade preventivo, antes do nascimento jurídico da lei ou ato normativo, impedindo que o objeto contrário à Constituição da República ou à Constituição Estadual contamine o ordenamento jurídico.

Nesse sentido, verifica-se a competência municipal para legislar sobre o tema proposto, conforme dispõe o art. 30, incisos I, II e VII da Constituição da República:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

No entanto, tem-se como regra o direito de o torcedor se manifestar, desde que não o seja com mensagens ofensivas que atentem contra a dignidade da pessoa humana, especialmente de caráter racista, homofóbica, sexista ou xenófoba, que são passíveis de punição administrativa, civil e penal.

Assim, é preciso observar que a proposição não inova o nosso ordenamento jurídico, vez que a Lei Federal n.º 14.597/2023, que institui a Lei Geral do Esporte, já prevê as diretrizes para o uso por torcedores de vestimentas, bandeiras, instrumentos musicais e faixas em estádios, confira:

Art. 158. São condições de acesso e de permanência do espectador no recinto esportivo, independentemente da forma de seu ingresso, sem prejuízo de outras condições previstas em lei:

I - estar na posse de ingresso válido;



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

II - não portar materiais que possam ser utilizados para a prática de atos de violência;

III - consentir com a revista pessoal de prevenção e segurança;

IV - não portar ou ostentar cartazes, bandeiras, símbolos ou outros sinais com mensagens ofensivas, ou entoar cânticos que atentem contra a dignidade da pessoa humana, especialmente de caráter racista, homofóbico, sexista ou xenófobo;

V - não arremessar objetos de qualquer natureza no interior do recinto esportivo;

VI - não portar ou utilizar fogos de artifício ou quaisquer outros engenhos pirotécnicos ou produtores de efeitos análogos;

VII - não incitar e não praticar atos de violência no estádio, qualquer que seja a sua natureza;

VIII - não invadir e não incitar a invasão, de qualquer forma, da área restrita aos competidores;

IX - não estar embriagado ou sob efeito de drogas;

X - não utilizar bandeiras, inclusive com mastro de bambu ou similares, para outros fins que não seja o de manifestação festiva e amigável;

XII - para espectador com mais de 16 (dezesesseis) anos de idade, estar devidamente cadastrado no sistema de controle biométrico para efeito do art. 148 desta Lei.

Parágrafo único. O não cumprimento das condições estabelecidas neste artigo implicará a impossibilidade de acesso do espectador ao recinto esportivo ou, se for o caso, o seu afastamento imediato do recinto, sem prejuízo de outras sanções administrativas, civis ou penais eventualmente cabíveis.

Fato é, insisto, que a lei federal já franqueia ao torcedor acesso aos estádios portando bandeiras. O que acontece é que esse direito não é ilimitado. Existem determinadas restrições que têm que ser observadas pelos frequentadores, conforme se verifica nos incisos IV e X, sob pena de responsabilização dos torcedores conforme indica o parágrafo único.

Sendo assim, o Projeto de Lei n. 752/2023 não representa inovação no ordenamento jurídico, eis que a proposta legislativa já é válida, vigente e aplicável no município, muito embora seja fruto de legislação federal.

O princípio constitucional da eficiência administrativa dispõe no art. 37, caput da CRFB:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Conforme entendimento doutrinário, o princípio da eficiência impõe à administração pública a persecução do bem comum, por meio da ação orientada para concretização material e efetiva da finalidade posta, visando garantir a melhor utilização possível dos recursos públicos, de maneira a evitarem-se desperdícios e garantir-se maior qualidade, agilidade e rentabilidade social.

Pelo exposto, uma vez que a presente proposição não inova o ordenamento jurídico e em homenagem ao princípio da eficiência, entendo pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei n. 752/2023.

2.2. DA LEGALIDADE

A análise de legalidade consiste na verificação de compatibilidade da proposição com as leis gerais federais, as leis estaduais pertinentes e a Lei Orgânica Municipal.

Quanto a este ponto, verifica-se que o Projeto em tela está em desacordo com o ordenamento jurídico, pelo fato de ir de encontro à Lei Geral do Esporte.

Conforme mencionado, os incisos IV e X, do Art. 168 da lei federal, proíbem categoricamente o acesso de torcedores portando cartazes, bandeiras, símbolos ou outros sinais com mensagens ofensivas, ou entoar cânticos que atentem contra a dignidade da pessoa humana, especialmente de caráter racista, homofóbico, sexista ou xenófobo, além de outras hipóteses.

Em clara oposição a esses termos, o PL reduz as hipóteses contidas na lei federal e ainda coloca apenas à administração do estádio ou ao clube mandante, a faculdade de fiscalização da entrada das bandeiras. Veja que essa nova realidade pretendida pela proposição inviabilizaria a atuação de órgãos de controle tais como o Ministério Público e Polícia Militar.

Em última análise, caso o PL seja aprovado nesses termos, as sanções administrativas, civis e penais estipuladas no parágrafo único do artigo 158 da tal da Lei Geral do esporte estariam sendo suprimidas por uma atuação municipal, o que é flagrantemente proibido e subverte a lógica do ordenamento jurídico.

De tal modo, entendo pela ilegalidade do Projeto de Lei n. 752/2023.

2.3. DA REGIMENTALIDADE

Por fim, verifica-se a regular tramitação e compatibilidade da proposição com as exigências impostas pelo Regimento Interno, razão pela qual concluo pela regimentalidade do Projeto de Lei n. 752/2023.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

3. CONCLUSÃO

Em face ao exposto, concluo pela inconstitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade do Projeto de Lei n. 752/2023.

Belo Horizonte, 13 de novembro de 2023.

FERNANDA PEREIRA

ALTOE:04519898641

VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ

RELATORA

Assinado de forma digital por FERNANDA
PEREIRA ALTOE:04519898641
Dados: 2023.11.13 15:18:02 -03'00'



DIRLEG

Fl.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTEPL Nº 148 121**À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**
Para Redação FinalEm 23/10/2023,
Diço 24/10/2023,
Seção de Apoio ao Plenário – SecpleDesigno para a relatoria a vereadora/o vereador
Irlan Melo para emitir
parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.Em 08 / 11 / 2023
Presidenta/Presidente da COMISSÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 148/21

Relatório

O Projeto de Lei nº 148/21, que "Estabelece vaga(s) exclusiva(s) para gestante e pessoa acompanhada de criança de colo", de autoria do vereador Ciro Pereira, foi aprovado pelo Plenário na forma da Emenda nº 2 - Substitutivo - e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

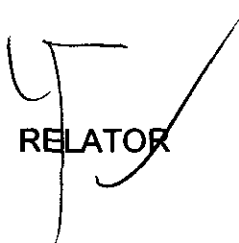
Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo, sem que isso implique prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 148/21.

Belo Horizonte, 08 / 11 / 23


RELATOR



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

PROJETO DE LEI Nº 148/21

Dá nova redação ao *caput* do art. 66 da Lei nº 11.416/22, que "Institui a Lei Municipal de Inclusão da Pessoa com Deficiência e da Pessoa com Mobilidade Reduzida".


A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - O *caput* do art. 66 da Lei nº 11.416, de 3 de outubro de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 66 - É obrigatória a reserva de vagas exclusivas para veículos conduzidos por ou que transportem pessoa com deficiência, gestante ou pessoa acompanhada por criança de até 2 (dois) anos, em estacionamentos, gratuitos ou não, localizados em edificações públicas ou em edificações privadas de uso coletivo, nos seguintes termos:".

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 08 / 11 / 23


RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
DIVATO



DIRLEG

Fl.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTEPL Nº 455 122**À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**
Para Redação FinalEm 23/10/2023,
Digo, 24/10/2023
Seção de Apoio ao Plenário – SecpleDesigno para a relatoria a vereadora/o vereador
Irlan Melo para emitir
parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.Em 10 / 11 / 2023
Presidenta/Presidente da COMISSÃO



Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 455/22

Relatório

O Projeto de Lei nº 455/22, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de notificação por parte dos estabelecimentos de ensino públicos ou privados do Município de Belo Horizonte aos pais e responsáveis acerca da realização de atividades extracurriculares", de autoria da vereadora Flávia Borja, foi aprovado pelo Plenário na forma da Emenda nº 1 - Substitutivo - e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 455/22.

Belo Horizonte, 10 / 11 / 23

RELATOR



PROJETO DE LEI Nº 455/22

Dispõe sobre o dever de os estabelecimentos de ensino públicos ou privados situados no Município informarem o pai, a mãe ou os responsáveis legais sobre a realização de eventos extracurriculares.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Os estabelecimentos de ensino públicos ou privados situados no Município deverão informar o pai, a mãe ou os responsáveis legais sobre a realização de eventos extracurriculares, especialmente aqueles realizados fora do estabelecimento escolar.

Art. 2º - A informação de que trata o art. 1º desta lei deverá indicar:

I - o local de realização da atividade;

II - a importância pedagógica da atividade extracurricular.

Parágrafo único - Cabe à escola fornecer informações adicionais para os fins de esclarecimento, mediante solicitação do pai, da mãe ou dos responsáveis legais.

Art. 3º - Após a informação a que se refere o art. 1º desta lei, os pais ou responsáveis poderão decidir acerca da participação de seus filhos na atividade.

Parágrafo único - O estudante cuja participação não seja autorizada por seus pais ou responsáveis não poderá sofrer penalização relativamente à atribuição de nota pela ausência na atividade.

Belo Horizonte, 10/11/23

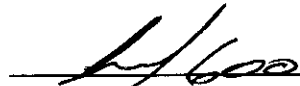

RELATOR

Avulsos distribuídos em
____/____/____
Aguardando emenda de redação final até
____/____/____
DIVATO



DIRLEG

FI.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTEPL Nº 526 1 23**À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**
Para Redação FinalEm 23/10/2023,
Digo 24/10/2023
Seção de Apoio ao Plenário – SecpleDesigno para a relatoria a vereadora/o vereador
Irlan Melo para emitir
parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.Em 08 / 11 / 2023
Presidenta/Presidente da COMISSÃO



Comissão de Legislação e Justiça
Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 526/23

Relatório

O Projeto de Lei nº 526/23, que "Institui o Selo BH Emprega + Mulher para certificar as empresas que contratarem mulheres em situação de vulnerabilidade social", de autoria da vereadora Professora Marli e dos vereadores Marcos Crispim, José Ferreira, Maninho Félix, Reinaldo Gomes Preto Sacolão e Wanderley Porto, foi aprovado pelo Plenário com a Subemenda nº 1 - Substitutivo - à Emenda nº 1 e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos. Foi dada nova redação ao art. 2º em razão da aprovação da Subemenda nº 1 - Substitutivo - à Emenda nº 1.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 526/23.

Belo Horizonte, 08 / 11 / 23

RELATOR



PROJETO DE LEI Nº 526/23

Institui o Selo BH Emprega + Mulher para certificar as empresas que contratarem mulheres em situação de vulnerabilidade social.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica instituído o Selo BH Emprega + Mulher com o objetivo de estimular a contratação, a permanência no trabalho e a valorização salarial de mulheres em situação de vulnerabilidade social, no Município.

Art. 2º - O selo a que se refere o art. 1º desta lei será concedido às empresas privadas localizadas no Município que adotarem medidas de contratação, permanência no trabalho e valorização salarial de mulheres em situação de vulnerabilidade social, com prioridade para as mulheres:

- I - que tenham filho com até 17 (dezessete) anos de idade;
- II - que residam em vila, favela ou outra área de interesse social;
- III - inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico;
- IV - em situação de violência doméstica e familiar;
- V - com trajetória de vida nas ruas;
- VI - que tenham deficiência ou doença rara.

Art. 3º - A concessão do selo de que trata esta lei fica condicionada ao cumprimento de requisitos e critérios definidos em regulamento.

§ 1º - A empresa que se habilitar a receber o selo de que trata esta lei deverá prestar contas periodicamente do atendimento dos requisitos e critérios de que trata o *caput* deste artigo.

§ 2º - O selo de que trata esta lei terá sua validade determinada por regulamento, podendo ser renovado mediante a comprovação da continuidade e da efetividade das medidas instituídas.

Art. 4º - A empresa detentora do selo de que trata esta lei poderá utilizá-lo para divulgar sua marca, seus produtos e serviços, vedada a extensão do uso para grupo econômico ou em associação com outras empresas que não detenham o selo.

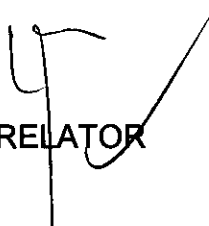


CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Belo Horizonte, 08 / 11 / 23


RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
_____ DIVATO



DIRLEG

Fl.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTEPL Nº 601 / 23**À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
Para Redação Final**

Em 26/10/2023,


Seção de Apoio ao Plenário – Secple

Designo para a relatoria a vereadora/o vereador
Irlan Melo para emitir
parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 10 / 11 / 2023
Presidenta/Presidente da COMISSÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 601/23

Relatório

O Projeto de Lei nº 601/23, que “Altera a Lei nº 11.459/2023, que ‘Dispõe sobre o sistema de bilhetagem eletrônica no serviço de transporte público coletivo de passageiros por ônibus, e dá outras providências”, de autoria das vereadoras Cida Falabella, Fernanda Pereira Altoé, Iza Lourença, Janaina Cardoso, Loíde Gonçalves e Marcela Trópia e dos vereadores Braulio Lara, Bruno Pedralva, César Gordin, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Fernando Luiz, Gilson Guimarães, Helinho da Farmácia, Henrique Braga, Irlan Melo, Jorge Santos, Maninho Félix, Pedro Patrus, Ramon Bibiano da Casa de Apoio, Reinaldo Gomes Preto Sacolão, Sérgio Fernando Pinho Tavares e Wagner Ferreira, foi aprovado pelo Plenário e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 601/23.

Belo Horizonte, 10 / 11 / 23

RELATOR



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

PROJETO DE LEI Nº 601/23

Altera a Lei nº 11.459/23, que “Dispõe sobre o sistema de bilhetagem eletrônica no serviço de transporte público coletivo de passageiros por ônibus, e dá outras providências”.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - O art. 5º da Lei nº 11.459, de 17 de março de 2023, passa a vigorar com o seguinte parágrafo único:

“Art. 5º - [...]

[...]

Parágrafo único - Fica vedada a contratação de operadores dos sistemas de bilhetagem eletrônica que tenham em seus quadros societários sócios ou cônjuges, companheiros, parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, de integrante de empresa concessionária operadora do serviço de transporte coletivo, em concomitância de vigência contratual com a operação de bilhetagem.”.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 10 / 11 / 23

RELATOR

Avulsos distribuídos em
____/____/____
Aguardando emenda de redação final até
____/____/____
DIVATO



DIRLEG

Fl.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTEPL Nº 625123**À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**
Para Redação Final

Em 26/10/2023,


Seção de Apoio ao Plenário – Secple

Designo para a relatoria a vereadora/o vereador
Irlan Melo para emitir
parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 08 / 11 / 2023
Presidenta/Presidente da COMISSÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 625/23

Relatório

O Projeto de Lei nº 625/23, que “Determina a inclusão em página oficial da Administração Municipal de aba específica, que reúna todos os serviços municipais à disposição dos idosos e de todos os benefícios que lhes são concedidos por lei”, de autoria do vereador Jorge Santos, foi aprovado pelo Plenário e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

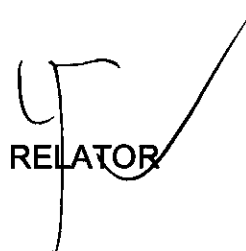
Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 625/23.

Belo Horizonte, 08 / 11 / 23


RELATOR

1-42200-45-11-23/0000/23-10.11.55-0024-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

PROJETO DE LEI Nº 625/23

Determina a inclusão em página oficial da administração municipal de aba específica que reúna todos os serviços municipais à disposição dos idosos e os benefícios que lhes são concedidos por lei.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - A página oficial da administração municipal deverá ter aba específica, de fácil localização, que reúna todos os serviços municipais à disposição dos cidadãos idosos e os benefícios que lhes são concedidos por lei.

Parágrafo único - As informações referentes aos serviços e benefícios municipais e aos eventuais serviços correlatos de outros entes federativos devem ser reunidas e escritas de forma a proporcionar fácil, claro e rápido entendimento ao cidadão idoso sobre todos os aspectos pertinentes.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 08 / 11 / 23

RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
DIVATO



PL Nº 634 / 23

À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
Para redação final

Em 25 / 10 / 23

476

Divisão de Apoio Técnico-Operacional – Divato

Designo a vereadora/ o vereador Irlan Melo para
emitir parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 08 / 11 / 2023

[Assinatura]
Presidente da comissão



Comissão de Legislação e Justiça
Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 634/23

Relatório

O Projeto de Lei nº 634/23, que "Dá o nome de Rua Vista do Rola Moça a Rua Dois Mil Cento e Trinta e Sete localizada no bairro Solar Barreiro", de autoria do vereador Professor Juliano Lopes, foi aprovado conclusivamente por esta comissão e a ela retorna para elaboração da redação final.


Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 634/23.

Belo Horizonte, 08 / 11 / 23


RELATOR



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

PROJETO DE LEI Nº 634/23

Dá o nome de Vista do Rola-Moça à Rua 2137, no Bairro Solar do Barreiro.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica denominada Vista do Rola-Moça a Rua 2137, código de logradouro 305000, no Bairro Solar do Barreiro.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 08 / 11 / 23

RELATOR

Avulsos distribuídos em

Aguardando emenda de
redação final até

DIVATO



PL Nº 635 / 23

À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
Para redação final

Em 25 / 10 / 23

CD 476

Divisão de Apoio Técnico-Operacional – Divato

Designo a vereadora/ o vereador Irlan Melo para
emitir parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 08 / 11 / 2023

[Assinatura]
Presidente da comissão



Comissão de Legislação e Justiça
Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 635/23

Relatório

O Projeto de Lei nº 635/23, que “Dá-se o nome de Praça do Bem à Praça Um Mil e Seiscentos, localizada no Bairro Céu Azul, dando assim nova denominação ao próprio público que menciona”, de autoria do vereador Wagner Ferreira, foi aprovado conclusivamente por esta comissão e a ela retorna para elaboração da redação final.

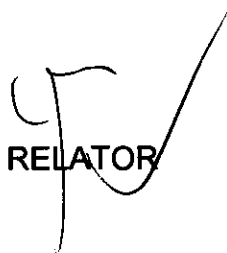
Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo. Entre elas, destaca-se a inclusão no art. 1º do código do logradouro. Tais alterações não implicam prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 635/23.

Belo Horizonte, 08 / 11 / 23


RELATOR



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

PROJETO DE LEI Nº 635/23

Dá o nome de Praça do Bem à Praça 1600, no Bairro Céu Azul.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica denominada Praça do Bem a Praça 1600, código 074238, no Bairro Céu Azul.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 08 / 11 / 23

RELATOR

Avulsos distribuídos em

____/____/____

Aguardando emenda de redação final até

____/____/____

DIVATO



DIRLEG

Fl.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTEPL Nº 639 / 2023**À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**
Para Redação Final

Em 30/10/2023,


Seção de Apoio ao Plenário – Secple

Designo para a relatoria a vereadora/o vereador
Irlan Melo para emitir
parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 08 / 11 / 2023
Presidenta/Presidente da COMISSÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 639/23

Relatório

O Projeto de Lei nº 639/23, que "Institui o Programa Mães de Anjo, que cria uma rede de proteção, respeito e cuidado às mães de natimorto e com óbito fetal nas unidades de saúde credenciadas no Sistema Único de Saúde - SUS e da rede privada do município de Belo Horizonte", de autoria do vereador Cláudio do Mundo Novo, foi aprovado pelo Plenário e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo. Entre essas, cabe destacar:


- a reformulação da ementa para a sua adequação ao texto do art. 1º do projeto;
- a reformulação sintática do art. 1º do projeto, para garantir ao texto maior clareza e precisão.

Tais adequações não implicam prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 639/23.

Belo Horizonte, 08 / 11 / 23


RELATOR



PROJETO DE LEI Nº 639/23

Dispõe sobre direito da parturiente de natimorto ser internada em área específica, quando disponível, separada das demais parturientes, nas unidades de saúde credenciadas ao SUS e na rede privada de saúde no Município.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - É direito da parturiente de natimorto ser internada em área específica, quando disponível, separada das demais parturientes, nas unidades de saúde credenciadas ao Sistema Único de Saúde - SUS - e na rede privada de saúde no Município.

§ 1º - A área específica de internação a que se refere esta lei se estende aos casos de mães em que for constatado o óbito fetal e que aguardam o procedimento para a retirada do feto.

§ 2º - Para os casos previstos no *caput* e no § 1º deste artigo fica garantido o direito da parturiente de ter a presença de 1 (um) acompanhante, de sua livre escolha, durante todo o período de internação.

Art. 2º - A parturiente que se encontra nas situações previstas nesta lei, caso deseje receber atendimento psicológico ou exista recomendação médica para tanto, tem o direito de ser encaminhada para o serviço de acompanhamento disponibilizado pelo Município, preferencialmente na unidade de saúde mais próxima de sua residência.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua publicação.

Belo Horizonte, 08 / 11 / 23


RELATOR

Avulsos distribuídos em
____/____/____
Aguardando emenda de redação final até
____/____/____
DIVATO



PL Nº 640 / 23

À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
Para redação final

Em 25 / 10 / 23

CA 476

Divisão de Apoio Técnico-Operacional – Divato

Designo a vereadora/ o vereador Irlan Melo para
emitir parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 08 / 11 / 2023

[Assinatura]
Presidente da comissão



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 640/23

Relatório

O Projeto de Lei nº 640/23, que “Dá o nome de Praça Reitor Ney Soares à Praça Cinco Mil e Setenta e Dois, no Bairro Buritis”, de autoria do vereador Braulio Lara, foi aprovado conclusivamente por esta comissão e a ela retorna para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 640/23.

Belo Horizonte, 08 / 11 / 23


RELATOR

Assinado eletronicamente no sistema de assinatura digital.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

PROJETO DE LEI Nº 640/23

Dá o nome de Reitor Ney Soares à Praça 5072, no Bairro Buritis.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica denominada Reitor Ney Soares a Praça 5072, código 313870, no Bairro Buritis.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 08 / 11 / 23


RELATOR

Avulsos distribuídos em
____/____/____
Aguardando emenda de redação final até
____/____/____
DIVATO



PL Nº 641 / 23

À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
Para redação final

Em 25 / 10 / 23

476

Divisão de Apoio Técnico-Operacional – Divato

Designo a vereadora/ o vereador Irlan Melo para
emitir parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 08 / 11 / 2023

[Assinatura]
Presidente da comissão



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 641/23

Relatório

O Projeto de Lei nº 641/23, que “Dá o nome de Avenida Genoveva MarzINETTE Pimentel à Avenida A, localizada no bairro Independência — Região do Barreiro”, de autoria do vereador Professor Juliano Lopes, foi aprovado conclusivamente por esta comissão e a ela retorna para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 641/23.

Belo Horizonte, 08 / 11 / 23

RELATOR



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

PROJETO DE LEI Nº 641/23

Dá o nome de Genoveva Marzinette Pimentel à Avenida A, no Bairro Independência.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica denominada Genoveva Marzinette Pimentel a Avenida A, código 093684, no Bairro Independência.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 08 / 11 / 23

RELATOR

Avulsos distribuídos em
____/____/____
Aguardando emenda de redação final até
____/____/____
DIVATO



PL Nº 643 / 23

À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
Para redação final

Em 25 / 10 / 23

DA 476

Divisão de Apoio Técnico-Operacional – Divato

Designo a vereadora/ o vereador Irlan Melo para
emitir parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 02 / 11 / 2023

[Assinatura]
Presidente da comissão



Comissão de Legislação e Justiça
Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 643/23

Relatório

O Projeto de Lei nº 643/23, que “Dá o nome de Rua Jacyr José Jacinto à Rua Três Mil Cento e Quarenta, no bairro São Paulo, Belo Horizonte - MG, CEP: 31910-065”, de autoria do vereador Wanderley Porto, foi aprovado conclusivamente por esta comissão e a ela retorna para elaboração da redação final.

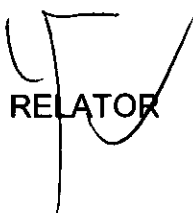
Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos. Entre essas, ressalta-se o acréscimo do código do logradouro nomeado, com base na folha 8 do processo que acompanha o projeto.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 643/23.

Belo Horizonte, 08 / 11 / 23


RELATOR



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

PROJETO DE LEI Nº 643/23

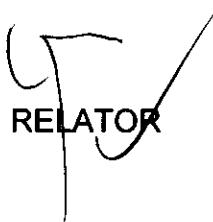
Dá o nome de Jacyr José Jacinto à Rua 3140, no Bairro São Paulo.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica denominada Jacyr José Jacinto a Rua 3140, código 309145, no Bairro São Paulo.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 08 / 11 / 23


RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
_____ DIVATO



PL Nº 644 / 23

À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
Para redação final

Em 25 / 10 / 23

476

Divisão de Apoio Técnico-Operacional – Divato

Designo a vereadora/ o vereador Irlan Melo para
emitir parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 08 / 11 / 2023

CF
Presidente da comissão



Dirleg	Fl.
--------	-----

Comissão de Legislação e Justiça
Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 644/23

Relatório

O Projeto de Lei nº 644/23, que “Dá o nome de Rua Elton Baptista a Rua Três Mil e Trinta e Sete, localizada no bairro Pongelupe na Região do Barreiro”, de autoria do vereador Professor Juliano Lopes, foi aprovado conclusivamente por esta comissão e a ela retorna para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 644/23.

Belo Horizonte, 08 / 11 / 23

RELATOR



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

PROJETO DE LEI Nº 644/23

Dá o nome de Elton Baptista à Rua 3037, no Bairro Pongelupe.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica denominada Elton Baptista a Rua 3037, código 303538, no Bairro Pongelupe.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 08 / 11 / 23

RELATOR

Avulsos distribuídos em
____/____/____
Aguardando emenda de redação final até
____/____/____
_____ DIVATO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER EM TURNO ÚNICO - PROJETO DE LEI Nº 685/2023

VOTO DO RELATOR

1 - RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei 685/2023 de autoria do nobre Vereador Bráulio Lara, que "Dá o nome de Via de Pedestre Natalina Lembi à Passagem 2, no Bairro São Bento".

Nos termos do art. 52, I, "b", do Regimento Interno, foi o mesmo distribuído a esta Comissão de Legislação e Justiça, sendo a mesma incumbida de avaliar o Projeto sob o aspecto jurídico e de mérito.

Fui designado relator para exame da matéria e nessa condição, emito o presente voto, tudo em conformidade com os termos regimentais.

2- FUNDAMENTAÇÃO

Antes de adentrarmos na análise do Projeto propriamente dito, cumpre salientar que fora encaminhada proposta de diligência pela Comissão de Legislação e Justiça ao Poder Executivo, a fim de que o mesmo emitisse parecer acerca da existência de eventual impedimento à pretendida nomeação de próprio público, nos termos da Lei 9.691/2009.

Nos termos da resposta constante às fls. 17-24 dos autos do Projeto, verifica-se que a Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP informou: "após consulta ao Plano de Obras do município e aos controles de acompanhamento de demandas da Gerência de Planejamento Integrado de Empreendimentos — GPLEM-SD e Gerência de

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 13/11/2023
HORA: 11:28



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Controle de Empreendimentos — GECEM-SD, não foram encontrados empreendimentos para o local em questão”.

Já a Secretaria Municipal de Política Urbana - SMPU conclui que não há impedimento para adoção do nome "Via de Pedestre Natalina Lembi à Passagem 2, no Bairro São Bento.

Por último a SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA - SUALOG informou: Em atenção ao ticket referenciado, informamos que o logradouro em questão é de propriedade do Município.

2.1 - DA CONSTITUCIONALIDADE

Nesse tópico, analisaremos se o presente Projeto está em conformidade com as normas e as leis do ordenamento jurídico pátrio.

A chamada inconstitucionalidade por ação (cuja presença será avaliada nesta oportunidade) ocorre com a produção de atos legislativos que contrariem normas ou princípios da Constituição, uma vez que deve haver uma compatibilidade vertical das normas da ordem jurídica de um país, no sentido que as normas de grau inferior (no caso, as Leis Municipais) somente terão validade se forem compatíveis com a de norma superior, a Constituição (Federal e Estadual).

A incompatibilidade das Leis Municipais (normas inferiores) com a Constituição (norma superior), pode se dar sob dois aspectos, formal e material.

A inconstitucionalidade formal refere-se ao procedimento ou forma de elaboração da norma. A inconstitucionalidade ocorre pelo desrespeito das regras previstas na constituição para a criação de uma Lei ou norma (processo legislativo). Temos que o vício formal que ocorre com mais frequência é o vício de iniciativa, no qual um projeto de lei que versa sobre matéria privativa ou reservada a um determinado ente ou autoridade é proposto por quem não tem a competência para tanto. O vício formal é aquele que atinge o ato em seu processo de elaboração.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A inconstitucionalidade material ocorre quando o teor das Leis contraria preceito ou princípio da Constituição, isto é, está em desacordo com suas disposições, violando direitos e garantias fundamentais, contrariando dispositivos que tratam da estrutura do Estado e da organização dos Poderes.

Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva, privativa ou concorrente delimitada expressamente na Constituição Federal e no que diz respeito aos municípios, temos o seguinte:

Art. 30. Compete aos Municípios:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

Depreende-se da leitura dos dispositivos citados que cabe aos municípios, legislar de maneira concorrente sobre o tema em questão.

Observação semelhante se faz em relação à nossa Constituição Mineira: Art. 165 - Os Municípios do Estado de Minas Gerais integram a República Federativa do Brasil.

§ 1º - O Município, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, organiza-se e rege-se por sua Lei Orgânica e demais leis que adotar, observados os princípios da Constituição da República e os desta Constituição.

§ 2º - Ao Município incumbe gerir interesses da população situada em área contínua do território do Estado, de extensão variável, delimitada em lei.

Art. 169 - O Município exerce, em seu território, competência privativa e comum ou suplementar, a ele atribuída pela Constituição da República e por esta Constituição.

Assim, semelhantemente em nível Estadual, é outorgado aos municípios a competência para legislar acerca do tema objeto do Projeto.

Já no art. 2º da nossa Carta Magna está consagrado o princípio da separação dos poderes:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Tal entendimento também é ratificado pelos arts. 6º e 173, 6º da Constituição do Estado de Minas Gerais:

Art. 6º - São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Parágrafo único - Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuição e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.

Art. 173 - São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

§ 1º - Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições, e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.

Este princípio tem como pilares a independência e a harmonia, no sentido de que cada Poder tem a sua esfera de atuação preponderante, sem que possa ingressar na esfera de atuação preponderante de outro Poder.

Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva ou privativa delimitada expressamente pela Constituição Federal.

Tendo em vista tais disposições e em análise ao conteúdo do Projeto de Lei 685/2023, verifica-se que o mesmo não adentra em matéria de competência privativa do Executivo.

Assim, por não violar a competência dos demais entes federativos, conforme se depreende da leitura dos dispositivos constitucionais, atendendo, dessa forma, a observância ao aspecto relacionado a competência e à iniciativa, bem como por estar de acordo com o conteúdo da Carta Magna e da Constituição Estadual, entendo pela **constitucionalidade** do Projeto de Lei 685/2023.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

2.2 – DA LEGALIDADE

Para que a lei seja considerada como norma legal, a mesma deve possuir determinadas características/atributos, quais sejam para o caso em espécie, a novidade e a generalidade. Isso porque o PL 685/2023, inova, ao pretender a outorga de novo nome ao próprio público e é dotado de generalidade, pois suas disposições valem para qualquer um, sem distinção de qualquer natureza entre os indivíduos para os quais se destina.

Pela legalidade, os atos legislativos devem estar em acordo com as leis vigentes, ser adequados as mesmas e devem ser verticalmente congruentes ao arcabouço legal nos níveis federal e estadual (Minas Gerais). Assim, além de estar em sintonia com as legislações superiores, temos que o PL 685/2023 está em sintonia com os arts. 7º e 11 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte - LOMBH:

Art. 7º - O Município exerce sua autonomia, especialmente, ao:

II - legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar as legislações federal e estadual no que couber;

Art. 11 - Compete ao Município prover a tudo quanto respeite ao seu interesse local.

Assim, temos que em conformidade com a Lei 9.691/09, o PL 685/23 respeita as determinações constantes na mesma, tendo em vista que o mesmo foi instruído em conformidade com o art. 24 e, também, não contraria os impedimentos previstos nos artigos 21, 22 e especialmente nos arts. 29 e 30 da Lei:

Os princípios jurídicos ou princípios gerais de direito são axiomas normativos de valor genérico que orientam a compreensão do ordenamento jurídico, para sua aplicação, integração e para a criação de novas normas.

Os ramos do Direito possuem princípios específicos que os caracterizam, os quais, portanto, devem ser observados pelas proposições legislativas.

No que concerne a matéria tratada pelo Projeto de Lei 685/2023, verifica-se que o mesmo respeita os princípios jurídicos, dentre os quais destacamos o da impessoalidade,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

que estabelece o dever de imparcialidade no trato do interesse público, impedindo discriminações e privilégios indevidamente dispensados a particulares no exercício da função administrativa, evidenciado por se tratar de homenagem a pessoa falecida.

De tal modo, entendo pela **legalidade** do Projeto de Lei n. 685/2023.

2.3. DA REGIMENTALIDADE

Por fim, verifica-se a regular tramitação e compatibilidade da proposição com os pressupostos regimentais de clareza e técnica legislativa, conforme dispõe os art. 98 e 99 do Regimento Interno, razão pela qual concluo pela **regimentalidade** do Projeto de Lei n. 685/2023.

2.4 – DO MÉRITO

Conforme disposto no art. 52, I, b, do Regimento Interno, é da competência desta Comissão que seja analisado o mérito dos projetos de lei que disponham sobre "denominação de próprios públicos, declaração de utilidade pública concessão de homenagens cívicas e definição de datas comemorativas", tornando este parecer conclusivo.

Quando um logradouro público não possui nome, atrapalha a vida da população que ali habita, trabalha ou por ali transita. Em função da popularização dos geolocalizadores (GPS), reforçada pela demanda criada pelo e-commerce, pelos aplicativos de entregas e caronas, o nome da rua é imprescindível para a vida cotidiana do cidadão e sua dignidade

Quanto a análise de mérito segue pautada nos princípios e valores baseados na economicidade e racionalidade legislativas, no mérito, reconhecemos a importância que pretende dar nome para uma via que não possui denominação, mas apenas identificação numérica.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dito isto, no que diz respeito ao exame do mérito, opino pela **aprovação** do Projeto de Lei 685/2022.

3- CONCLUSÃO

Ante o exposto, manifesto pela **constitucionalidade, legalidade, e regimentalidade** do Projeto de Lei 685/2023, apresentando parecer pela **aprovação** do projeto.

Belo Horizonte, 13 de novembro de 2023

RAMON
BAPTISTA
BIBIANO:49
531867615

Assinado de forma
digital por RAMON
BAPTISTA
BIBIANO:4953186
7615
Dados: 2023.11.13
11:25:53 -03'00'

Vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio

Relator



PL Nº 689 / 23

À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
Para redação final

Em 25 / 10 / 23

476

Divisão de Apoio Técnico-Operacional – Divato

Designo a vereadora/ o vereador Irlan Melo para
emitir parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 08 / 11 / 2023

UF
Presidente da comissão



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 689/23

Relatório

O Projeto de Lei nº 689/23, que “Altera a Lei nº 11.397/22, que ‘Consolida legislação que institui datas comemorativas no Município’, para incluir o Dia Municipal do Músico”, de autoria do vereador Wilsinho da Tabu, foi aprovado conclusivamente por esta comissão na forma da Emenda nº 1 - Substitutivo - e a ela retorna para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo, sem que isso implique prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos. Entre elas, cabe destacar a reformulação do art. 65-AG, proposto pelo art. 1º do projeto, bem como a readequação gráfica do art. 2º, para conformá-los ao padrão adotado pela Casa para projetos que instituem dia comemorativo.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 689/23.

Belo Horizonte, 08 / 11 / 23


RELATOR



PROJETO DE LEI Nº 689/23

Altera a Lei nº 11.397/22, que "Consolida legislação que institui datas comemorativas no Município", para incluir o Dia Municipal do Músico.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica acrescentado ao Capítulo II - Dos Dias Comemorativos - da Lei nº 11.397, de 30 de agosto de 2022, o seguinte art. 65-AG:

"Art. 65-AG - O Dia Municipal do Músico, constante no Anexo I desta lei, observará o disposto neste artigo".

Art. 2º - A letra K do Anexo I da Lei nº 11.397/22 passa a vigorar com o seguinte acréscimo:

"ANEXO I

K - Dias comemorativos de novembro:

DATA	COMEMORAÇÃO
22/11	Dia Municipal do Músico

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 08 / 11 / 23

RELATOR

Avulsos distribuídos em
____/____/____
Aguardando emenda de redação final até
____/____/____
DIVATO



PL Nº 690 / 23

À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
Para redação final

Em 1º / 11 / 23

176

Divisão de Apoio Técnico-Operacional – Divato

Designo a vereadora/ o vereador Irlan Melo para
emitir parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 08 / 11 / 2023

45
Presidente da comissão



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 690/23

Relatório

O Projeto de Lei nº 690/23, que "Altera a Lei nº 11.397/2022 que 'Consolida legislação que institui datas comemorativas no Município', para incluir a Semana do Lian Gong na Promoção da Saúde", de autoria do vereador Bruno Miranda, foi aprovado conclusivamente na forma da Emenda nº 1 - Substitutivo - por esta comissão e a ela retorna para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 690/23.

Belo Horizonte, 08 / 11 / 23


RELATOR

11/11/2023 14:00:00



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

PROJETO DE LEI Nº 690/23

Altera a Lei nº 11.397/22, que “Consolida legislação que institui datas comemorativas no Município”, para incluir a Semana Municipal do Lian Gong na Promoção da Saúde.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica acrescentado ao Capítulo III - Das Semanas Comemorativas - da Lei nº 11.397, de 30 de agosto de 2022, o seguinte art. 96-S:

“Art. 96-S - A Semana Municipal do Lian Gong na Promoção da Saúde, constante no Anexo II desta lei, observará o disposto neste artigo.

Parágrafo único - É objetivo da semana de que trata este artigo divulgar para a sociedade a prática corporal fundamentada na Medicina Tradicional Chinesa, especialmente desenvolvida para prevenir e tratar dores no corpo e melhorar o funcionamento dos órgãos internos, buscando o prolongamento da vida com qualidade.”.

Art. 2º - A letra “I” do Anexo II da Lei nº 11.397/22 passa a vigorar com o seguinte acréscimo:

“ANEXO II SEMANA COMEMORATIVA

I - Semanas comemorativas de setembro:

DATA	COMEMORAÇÃO
11 a 17 de setembro	Semana Municipal do Lian Gong na Promoção da Saúde

..

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 08 / 11 / 23

RELATOR

Avulsos distribuídos em
____/____/____
Aguardando emenda de redação final até
____/____/____
DIVATO



PL Nº 735 / 23

À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
Para redação final

Em 25 / 10 / 23

476

Divisão de Apoio Técnico-Operacional – Divato

Designo a vereadora/ o vereador Irlan Melo para
emitir parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 08 / 11 / 2023

[Assinatura]
Presidente da comissão



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 735/23

Relatório

O Projeto de Lei nº 735/23, que "Altera a Lei nº 11.397/2022, que "Consolida legislação que institui datas comemorativas no Município", para incluir a Semana Municipal de Prevenção e Combate ao Diabetes", de autoria do vereador Juninho Los Hermanos, foi aprovado conclusivamente por esta comissão e a ela retorna para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 735/23.

Belo Horizonte, 08 / 11 / 23

RELATOR



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

PROJETO DE LEI Nº 735/23

Altera a Lei nº 11.397/22, que "Consolida legislação que institui datas comemorativas no Município", para incluir a Semana Municipal de Prevenção e Combate ao Diabetes.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica acrescentado ao Capítulo III da Lei nº 11.397, de 30 de agosto de 2022, o seguinte art. 96-R:

"Art. 96-R - A Semana Municipal de Prevenção e Combate ao Diabetes, constante no Anexo II desta lei, observará o disposto neste artigo.

Parágrafo único - São objetivos da semana de que trata este artigo:

I - divulgar, apoiar, informar e conscientizar as pessoas a respeito do diabetes, suas características, prevenção e tratamento;

II - conscientizar e sensibilizar todos os setores da sociedade para que compreendam e apoiem a prevenção ao diabetes;

III - auxiliar no controle do diabetes e demais doenças correlatas, visando à melhoria da qualidade de vida dos pacientes."

Art. 2º - A letra K do Anexo II da Lei nº 11.397/22 passa a vigorar com o seguinte acréscimo:

"ANEXO II SEMANA COMEMORATIVA

K - Semanas comemorativas de novembro:

DATA	CEMOMORAÇÃO
Semana que contenha o dia 14	Semana Municipal de Prevenção e Combate ao Diabetes

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 08 / 11 / 23

RELATOR

Avulsos distribuídos em
_____ / _____ / _____
Aguardando emenda de redação final até
_____ / _____ / _____
DIVATO



PL Nº 740 / 23

À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
Para redação final

Em 1º / 11 / 23

476

Divisão de Apoio Técnico-Operacional – Divato

Designo a vereadora/ o vereador Irlan Melo para
emitir parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 10 / 11 / 2023

[Assinatura]
Presidente da comissão



PROJETO DE LEI Nº 740/23

Altera a Lei nº 11.397/22, que “Consolida legislação que institui datas comemorativas no Município”, para incluir o Dia do Florescer da Autoestima da Mulher.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica acrescentado ao Capítulo II - Dos Dias Comemorativos - da Lei nº 11.397, de 30 de agosto de 2022, o seguinte art. 65-AH:

“Art. 65-AH - O Dia do Florescer da Autoestima da Mulher será comemorado em 21 de setembro, podendo ser realizadas ações como palestras, exposições, apresentações, oficinas de capacitação, acompanhamentos psicológicos e troca de informações, inclusive jurídicas, sobre a importância dos cuidados pessoais e do amor-próprio das mulheres, com o intuito de promover eventos e discussões para elevar a autoestima da mulher, fortalecer o amor-próprio, o autoconhecimento, a consciência do próprio corpo, a autoconfiança, o respeito e a honra à história e ao autocuidado da mulher.

Parágrafo único - Para o desenvolvimento das atividades durante o dia e a semana da data de que trata o *caput* deste artigo, poderão colaborar associações, entidades de classe, empresários, escolas e universidades, assim como outros setores da sociedade, para a organização de campanhas, de palestras, de programas, de planos, de projetos, de debates, de ações educativas e de demais iniciativas voltadas aos parâmetros e objetivos para valorizar a autoestima da mulher em todas as suas vertentes, com ações para o desenvolvimento físico, emocional, profissional, social, promovendo o seu bem-estar, assim como a realização de outros procedimentos úteis para a consecução dos objetos deste projeto e de projetos-pilotos com a finalidade de se tornarem permanentes para efetivação dos objetivos do Dia do Florescer da Autoestima da Mulher.”.

Art. 2º - A letra I do Anexo I da Lei nº 11.397/22 passa a vigorar com o seguinte acréscimo:

“ANEXO I

I - Dias comemorativos de setembro:

SETEMBRO	COMEMORAÇÃO
21/9	Dia do Florescer da Autoestima da Mulher

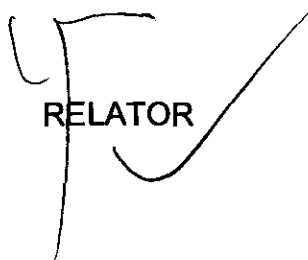


CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 10 / 11 / 23


RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
_____ DIVATO



DIRLEG

Fl.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTEPL Nº 749 / 2023**À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**
Para Redação Final

Em 30/10/2023,


Seção de Apoio ao Plenário – Secple

Designo para a relatoria a vereadora/o vereador
Irlan Melo para emitir
parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 08 / 11 / 2023
Presidenta/Presidente da COMISSÃO



Dirleg	Fl.
---------------	------------

Comissão de Legislação e Justiça
Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 749/23

Relatório

O Projeto de Lei nº 749/23, que “Autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais ao orçamento vigente para execução dos recursos complementares recebidos pelo Município no âmbito da assistência financeira complementar para cumprimento do piso salarial nacional de enfermeiros”, de autoria do Executivo, foi aprovado pelo Plenário e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 749/23.

Belo Horizonte, 08 / 11 / 23

RELATOR



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

PROJETO DE LEI Nº 749/23

Autoriza o Executivo a abrir créditos adicionais ao orçamento vigente para execução dos recursos complementares recebidos pelo Município no âmbito da assistência financeira complementar para cumprimento do piso salarial nacional de enfermeiros.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a abrir créditos adicionais ao orçamento vigente no valor de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) para execução dos recursos complementares da assistência financeira da União destinada ao cumprimento do piso salarial nacional de enfermeiros, podendo ser reabertos no exercício financeiro seguinte, no limite de seus saldos, nos termos dos arts. 40 a 46 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 2º - Para atender ao disposto nesta lei, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 08 / 11 / 23

RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
_____ DIVATO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

Proposta de Diligência ao Projeto de Lei nº 751/2023 – Turno único

Comissão de Legislação e Justiça

Proponho que o Projeto de Lei nº 751/2023, de autoria do Ver. Irlan Melo, seja baixado em diligência, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, ao Sr. Fuad Noman, Prefeito do Município de Belo Horizonte, com o objetivo de obter esclarecimentos sobre os seguintes aspectos do projeto:

1) A pessoa que se deseja homenagear com a denominação do próprio público foi condenada judicialmente por crime hediondo, por crime contra o estado democrático, a administração pública ou os direitos individuais?

2) Existe duplicidade de denominação de próprio público, a qual se entende por outorgar, tais como:

I - o mesmo nome a mais de um próprio público, a mais de uma passagem ou a mais de um bairro;

II - o mesmo nome a um logradouro oficial e a uma passagem;

III - mais de um nome ao mesmo próprio público, à mesma passagem ou ao mesmo bairro;

IV - denominação que se refira à mesma pessoa ou a entidade, fato, data e outros, nos casos a que se referem os incisos I, II e III do artigo 22 da Lei 9.691 de 19 de janeiro de 2009, ainda que sejam utilizadas palavras ou expressões distintas.

3) Foi observado o art. 24 e 25 da Lei 9.691/2009 na proposição em tela?

Belo Horizonte, 13 de novembro de 2023

**RAMON
BAPTISTA
BIBIANO:49
531867615**

Assinado de forma
digital por RAMON
BAPTISTA
BIBIANO:495318676
15
Dados: 2023.11.13
10:35:01 -03'00'

Vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio
Relator

PROTOCOLIZADO CONFORME
LIBERAÇÃO Nº 149981
DATA 13/11/2023
HORA 10:38



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Proposta de Diligência ao Projeto de Lei nº 754/2023 – Turno único

Comissão de Legislação e Justiça

Proponho que o Projeto de Lei nº 754/2023, de autoria do Ver. Wanderley Porto, seja baixado em diligência, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, ao Sr. Fuad Noman, Prefeito do Município de Belo Horizonte, com o objetivo de obter esclarecimentos sobre os seguintes aspectos do projeto:

- 1) A pessoa que se deseja homenagear com a denominação do próprio público foi condenada judicialmente por crime hediondo, por crime contra o estado democrático, a administração pública ou os direitos individuais?
- 2) Existe duplicidade de denominação de próprio público, a qual se entende por outorgar, tais como:
 - I - o mesmo nome a mais de um próprio público, a mais de uma passagem ou a mais de um bairro;
 - II - o mesmo nome a um logradouro oficial e a uma passagem;
 - III - mais de um nome ao mesmo próprio público, à mesma passagem ou ao mesmo bairro;
 - IV - denominação que se refira à mesma pessoa ou a entidade, fato, data e outros, nos casos a que se referem os incisos I, II e III do artigo 22 da Lei 9.691 de 19 de janeiro de 2009, ainda que sejam utilizadas palavras ou expressões distintas.
- 3) Foi observado o art. 24 e 25 da Lei 9.691/2009 na proposição em tela?

Belo Horizonte, 13 de novembro de 2023

**RAMON
BAPTISTA
BIBIANO:495
31867615**

Assinado de forma
digital por RAMON
BAPTISTA
BIBIANO:49531867615
Dados: 2023.11.13
10:42:14 -03'00'

Vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio
Relator

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 13/11/2023
HORA: 10:44



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Proposta de Diligência ao Projeto de Lei nº 761/2023 – Turno único

Comissão de Legislação e Justiça

Proponho que o Projeto de Lei nº 761/2023, de autoria do Ver. Bruno Pedralva, seja baixado em diligência, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, ao Sr. Fuad Noman, Prefeito do Município de Belo Horizonte, com o objetivo de obter esclarecimentos sobre os seguintes aspectos do projeto:

- 1) A pessoa que se deseja homenagear com a denominação do próprio público foi condenada judicialmente por crime hediondo, por crime contra o estado democrático, a administração pública ou os direitos individuais?
- 2) Existe duplicidade de denominação de próprio público, a qual se entende por outorgar, tais como:
 - I - o mesmo nome a mais de um próprio público, a mais de uma passagem ou a mais de um bairro;
 - II - o mesmo nome a um logradouro oficial e a uma passagem;
 - III - mais de um nome ao mesmo próprio público, à mesma passagem ou ao mesmo bairro;
 - IV - denominação que se refira à mesma pessoa ou a entidade, fato, data e outros, nos casos a que se referem os incisos I, II e III do artigo 22 da Lei 9.691 de 19 de janeiro de 2009, ainda que sejam utilizadas palavras ou expressões distintas.
- 3) Foi observado o art. 24 e 25 da Lei 9.691/2009 na proposição em tela?

Belo Horizonte, 13 de novembro de 2023

**RAMON
BAPTISTA
BIBIANO:49
531867615**

Assinado de forma
digital por RAMON
BAPTISTA
BIBIANO:49531867
615
Dados: 2023.11.13
10:48:23 -03'00'

Vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio
Relator

PROTOCOLIZAÇÃO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 13/11/2023
HORA: 10:50



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Proposta de Diligência ao Projeto de Lei nº 762/2023 – Turno único

Comissão de Legislação e Justiça

Proponho que o Projeto de Lei nº 762/2023, de autoria do Ver. Henrique Braga, seja baixado em diligência, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, ao Sr. Fuad Noman, Prefeito do Município de Belo Horizonte, com o objetivo de obter esclarecimentos sobre os seguintes aspectos do projeto:

- 1) A pessoa que se deseja homenagear com a denominação do próprio público foi condenada judicialmente por crime hediondo, por crime contra o estado democrático, a administração pública ou os direitos individuais?
- 2) Existe duplicidade de denominação de próprio público, a qual se entende por outorgar, tais como:
 - I - o mesmo nome a mais de um próprio público, a mais de uma passagem ou a mais de um bairro;
 - II - o mesmo nome a um logradouro oficial e a uma passagem;
 - III - mais de um nome ao mesmo próprio público, à mesma passagem ou ao mesmo bairro;
 - IV - denominação que se refira à mesma pessoa ou a entidade, fato, data e outros, nos casos a que se referem os incisos I, II e III do artigo 22 da Lei 9.691 de 19 de janeiro de 2009, ainda que sejam utilizadas palavras ou expressões distintas.
- 3) Foi observado o art. 24 e 25 da Lei 9.691/2009 na proposição em tela?

Belo Horizonte, 07 de novembro de 2023

**RAMON
BAPTISTA
BIBIANO:49
531867615**

Assinado de forma
digital por RAMON
BAPTISTA
BIBIANO:495318676
15
Dados: 2023.11.07
10:39:13 -03'00'

Vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio
Relator

PROTOCOLIZAÇÃO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA 07/11/2023
HORA 10:42



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER EM TURNO ÚNICO- PROJETO DE LEI N° 763/2023

VOTO DO RELATOR

1 - RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei 763/2023 de autoria do nobre Vereador Wilsinho da Tabu, que "Altera a Lei n° 11.397/22, que consolida legislação que institui datas comemorativas no Município.", para declarar Belo Horizonte como a Capital do Soul.

Nos termos do art. 52, I, "b", do Regimento Interno, foi o mesmo distribuído a esta Comissão de Legislação e Justiça, sendo a mesma incumbida de avaliar o Projeto sob o aspecto jurídico.

Fui designado relator para exame da matéria e nessa condição, emito o presente voto, tudo em conformidade com os termos regimentais.

2- FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei 763/2023 visa alterar a Lei n° 11.397/22, acrescentando o Inciso V ao Art. 105 declarando Belo Horizonte como Capital do Soul.

2.1 - DA CONSTITUCIONALIDADE

Nesse tópico, analisaremos se o presente Projeto está em conformidade com as normas e as leis do ordenamento jurídico pátrio.

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO N° 14/2021
DATA: 13/11/2023
HORA: 12.03



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A chamada inconstitucionalidade por ação (cuja presença será avaliada nesta oportunidade) ocorre com a produção de atos legislativos que contrariem normas ou princípios da Constituição, uma vez que deve haver uma compatibilidade vertical das normas da ordem jurídica de um país, no sentido que as normas de grau inferior (no caso, as Leis Municipais) somente terão validade se forem compatíveis com a de norma superior, a Constituição (Federal e Estadual).

A incompatibilidade das Leis Municipais (normas inferiores) com a Constituição (norma superior), pode se dar sob dois aspectos, formal e material.

A inconstitucionalidade formal refere-se ao procedimento ou forma de elaboração da norma. A inconstitucionalidade ocorre pelo desrespeito das regras previstas na constituição para a criação de uma Lei ou norma (processo legislativo). Temos que o vício formal que ocorre com mais frequência é o vício de iniciativa, no qual um projeto de lei que versa sobre matéria privativa ou reservada a um determinado ente ou autoridade é proposto por quem não tem a competência para tanto. O vício formal é aquele que atinge o ato em seu processo de elaboração.

A inconstitucionalidade material ocorre quando o teor das Leis contraria preceito ou princípio da Constituição, isto é, está em desacordo com suas disposições, violando direitos e garantias fundamentais, contrariando dispositivos que tratam da estrutura do Estado e da organização dos Poderes.

Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva, privativa ou concorrente delimitada expressamente na Constituição Federal e no que diz respeito aos municípios, temos o seguinte:

Art. 30. Compete aos Municípios:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

Depreende-se da leitura dos dispositivos citados que cabe aos municípios, legislar de maneira concorrente sobre o tema em questão.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Observação semelhante se faz em relação à nossa Constituição Mineira: Art. 165 - Os Municípios do Estado de Minas Gerais integram a República Federativa do Brasil.

§ 1º - O Município, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, organiza-se e rege-se por sua Lei Orgânica e demais leis que adotar, observados os princípios da Constituição da República e os desta Constituição.

§ 2º - Ao Município incumbe gerir interesses da população situada em área contínua do território do Estado, de extensão variável, delimitada em lei.

Art. 169 - O Município exerce, em seu território, competência privativa e comum ou suplementar, a ele atribuída pela Constituição da República e por esta Constituição.

Assim, semelhantemente em nível Estadual, é outorgado aos municípios a competência para legislar acerca do tema objeto do Projeto.

Já no art. 2º da nossa Carta Magna está consagrado o princípio da separação dos poderes:

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Tal entendimento também é ratificado pelos arts. 6º e 173, 6º da Constituição do Estado de Minas Gerais:

Art. 6º - São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Parágrafo único - Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuição e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.

Art. 173 - São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

§ 1º - Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições, e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.

Este princípio tem como pilares a independência e a harmonia, no sentido de que cada Poder tem a sua esfera de atuação preponderante, sem que possa ingressar na esfera de atuação preponderante de outro Poder.

Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva ou privativa delimitada expressamente pela Constituição Federal.

Tendo em vista tais disposições e em análise ao conteúdo do Projeto de Lei 763/2023, verifica-se que o mesmo não adentra em matéria de competência privativa do Executivo.

Assim, por não violar a competência dos demais entes federativos, conforme se depreende da leitura dos dispositivos constitucionais, atendendo, dessa forma, a observância ao aspecto relacionado a competência e à iniciativa, bem como por estar de acordo com o conteúdo da Carta Magna e da Constituição Estadual, entendo pela **constitucionalidade** do Projeto de Lei 763/2023.

2.2 – DA LEGALIDADE

Pela legalidade, os atos legislativos devem estar em acordo com as leis vigentes, ser adequados as mesmas e devem ser verticalmente congruentes ao arcabouço legal nos níveis federal e estadual (Minas Gerais). Assim, além de estar em sintonia com as legislações superiores, temos que o PL 763/2023 está em sintonia com os arts. 7º e 11 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte - LOMBH:

Art. 7º - O Município exerce sua autonomia, especialmente, ao:

II - legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar as legislações federal e estadual no que couber;

Art. 11 - Compete ao Município prover a tudo quanto respeite ao seu interesse local.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Destaca-se ainda que, ao alterar a Lei 11.397, de 30 de agosto de 2022, o Projeto de Lei em apreço encontra-se em estrito respeito ao disposto no art. 3º da supracitada Lei. In verbis:

Art. 3º - Qualquer disciplinamento legal referente aos temas contidos nesta lei deverá ser feito por meio de lei que a altere expressamente.

De tal modo, entendo pela **legalidade** do Projeto de Lei nº 763/2023.

2.3. DA REGIMENTALIDADE

Por fim, verifica-se a regular tramitação e compatibilidade da proposição com os pressupostos regimentais de clareza e técnica legislativa, conforme dispõe os art. 98 e 99 do Regimento Interno, razão pela qual concluo pela **regimentalidade** do Projeto de Lei n. 763/2023.

2.4 DO MÉRITO

O Projeto de Lei nº 763/2023, tem por objetivo reconhecer e oficializar a cidade de Belo Horizonte como a "Capital do Soul".

Conforme justificativa do Projeto em análise: Belo Horizonte desde os anos 1960 e 1970, é palco de vários bailes de embalados pelo soul, referenciando sobretudo, a cultura negra e de paz, fazendo com que a cidade informalmente já sustentasse a alcunha de "Capital Brasileira do Soul".

Acrescenta que a declaração de Belo Horizonte como a "Capital do Soul" é uma maneira de reconhecer e celebrar esse movimento tradicional da cidade, mas também contribuiria para a promoção e o enriquecimento da cena cultural da cidade.

Em vista disso, dou pela **aprovação** do Projeto de Lei 763/2023.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

3- CONCLUSÃO

Ante o exposto, manifesto pela **constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e aprovação** do Projeto de Lei 763/2023.

Belo Horizonte, 13 de novembro de 2023

RAMON
BAPTISTA
BIBIANO:49
531867615

Assinado de forma
digital por RAMON
BAPTISTA
BIBIANO:49531867
615
Dados: 2023.11.13
12:00:30 -03'00'

Vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio

Relator



Proposta de Diligência ao Projeto de Lei nº 774/2023 – Turno Único

Comissão de Legislação e Justiça

Proponho que o Projeto de Lei nº 774/2023, de autoria do Ver Sérgio Fernando Pinho Tavares, seja baixado em diligência, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, ao Excelentíssimo Sr. Fuad Noman, Prefeito do Município de Belo Horizonte, com o objetivo de obter esclarecimentos sobre os seguintes aspectos do projeto:

1) A pessoa que se deseja homenagear com a denominação do próprio público foi condenada judicialmente por crime hediondo, por crime contra o estado democrático, a administração pública ou os direitos individuais?

2) Existe duplicidade de denominação de próprio público, a qual se entende por outorgar, tais como:

I - o mesmo nome a mais de um próprio público, a mais de uma passagem ou a mais de um bairro;

II - o mesmo nome a um logradouro oficial e a uma passagem;

III - mais de um nome ao mesmo próprio público, à mesma passagem ou ao mesmo bairro;

IV - denominação que se refira à mesma pessoa ou a entidade, fato, data e outros, nos casos a que se referem os incisos I, II e III do artigo 22 da Lei 9.691 de 19 de janeiro de 2009, ainda que sejam utilizadas palavras ou expressões distintas.

3) Foi observado o art. 24 e 25 da Lei 9.691/2009 na proposição em tela?

Belo Horizonte, 13 de novembro de 2023

IRLAN CHAVES
DE OLIVEIRA

MELO:92360769
634

Assinado de forma digital por IRLAN CHAVES
DE OLIVEIRA MELO:92360769634
Data: 2023.11.13 14:49:20 -03'00'

Vereador Irlan Melo
Líder do Patriotas

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 13/11/2023
HDRA: 14.53